



e-ISSN: 2594-679X

ANÁLISE DE INDICADORES DA PNAD CONTÍNUA PARA MATO GROSSO ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2019. POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, GRUPAMENTO DE ATIVIDADES E CATEGORIA DO EMPREGO PRINCIPAL

Pedro Nessi Snizek Jr
Carlos Magno da Silva
Herbert Tadashi Misuyuki

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise da PNAD contínua em nível de Brasil e Mato Grosso com o enfoque na: ocupação, grupamento de atividade e categoria do emprego, entre os anos de 2012 e 2019. No Brasil o maior incremento percentual ocorreu na posição empregadores (30,14%) e em Mato Grosso (33,9%). O incremento ao longo da série de trabalhadores com carteira assinada no setor privado foi de 0,8% a nível de Brasil, e de 14,7% a nível de Mato Grosso. No Brasil predominam os seguintes grupamentos de atividades: Comércio, Administração Pública e Indústria Geral. Em Mato Grosso: Comércio, Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura e Administração Pública. O grupamento de atividades agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e apicultura apresentou significativa diminuição no número de pessoas ocupadas em nível de Brasil.

Palavras-chave: posição na ocupação, grupamento de atividades, categoria do emprego principal

ABSTRACT:

The present work aims to make an analysis of the continuous PNAD at the level of Brazil and Mato Grosso with the focus on: occupation, grouping of activity and employment category, between the years 2012 and 2019. In Brazil, the greatest percentage increase occurred in employers (30.14%) and Mato Grosso against us (33.9%). The increase over the series of workers with a formal contract in the private sector was 0.8% in Brazil and 14.7% in Mato Grosso. In Brazil, the following groups of activities predominate: Commerce, Public Administration and General Industry. In Mato Grosso: Commerce,



e-ISSN: 2594-679X

Agriculture, Livestock, Forestry Production, Fisheries and Aquaculture and Public Administration. The grouping of agriculture, livestock, forestry, fishing and aquaculture activities showed a significant decrease in the number of employed persons in Brazil.

Keywords: position in occupation, grouping of activities, employment category

INTRODUÇÃO

Até janeiro de 2012 a principal pesquisa demográfica do Brasil era a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que anualmente investigava os principais indicadores demográficos do país. Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigava e acompanhava o mercado de trabalho por meio da Pesquisa Mensal de Emprego - PME. Até então, tais pesquisas não apresentavam um nível de desagregação que permitisse a avaliação dos dados em nível de todas as unidades da federação, principais regiões metropolitanas e capitais. Com a conclusão do projeto de expansão da amostra das referidas pesquisas pelo IBGE, a partir desta data, as duas pesquisas foram substituídas pela PNAD Contínua com substancial aumento da amostra em número de municípios e setores, o que possibilitou a desagregação dos resultados, possibilitando análises em recortes de menor escala.

O IBGE, como principal órgão produtor de estatísticas de natureza econômica, social e demográfica no País, procura, permanentemente, aprimorar seu sistema de levantamentos de informações geográficas, estatísticas e ambientais.

Dentro desta perspectiva, concluiu-se em 2012 o projeto de integração das Pesquisas Domiciliares e teve início à coleta da PNAD Contínua considerando, ainda, a constante demanda e questionamentos por parte de órgãos governamentais, centros de estudo, pesquisadores e de organismos internacionais sobre a inexistência de indicadores conjunturais relativos à força de trabalho da totalidade do País e das Unidades da Federação (Nota Técnica IBGE, 2015).

A PNAD Contínua substituiu as estatísticas sobre mercado de trabalho obtidas à partir da Pesquisa Mensal de Emprego - PME e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD ANUAL, potencializando os resultados produzidos por ambas, agregando, em relação à primeira, a cobertura do território nacional e, em relação à



e-ISSN: 2594-679X

segunda, a disponibilização de informações sobre trabalho com periodicidade de divulgação que permitem a análise conjuntural do tema (Pitombo Leite, F. 2016; Hypólito, 2010).

Em relação a essas duas pesquisas, a PNAD Contínua também incorpora atualizações conceituais referentes ao tema trabalho, com base nas recomendações internacionais vigentes no momento da concepção da pesquisa, nas discussões preparatórias para a 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET, da OIT, e finalmente nas recomendações adotadas pela Conferência em outubro de 2013 sobre trabalho, ocupação e subutilização da mão de obra.

A PNAD Contínua visa produzir indicadores conjunturais para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e em longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País.

A pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014; Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007; Nota Técnica IBGE, 2015). A referida pesquisa teve início de coleta experimentalmente à partir de outubro de 2011. Em janeiro de 2012 os trabalhos efetivamente tiveram início.

Este trabalho visa aproveitar esta maior abrangência e maior nível de desagregação da pesquisa PNAD Contínua para comparar os resultados em nível de Brasil e Mato Grosso, enfocando principalmente posição na ocupação, grupamento de atividades e categoria do emprego principal.

Metodologia da pesquisa e Variáveis estudadas

O trabalho fez uso dos dados da série histórica da PNAD Contínua realizada pelo IBGE, mais precisamente no período do 1º trimestre de 2012 ao 4º trimestre de 2019.

Foram consideradas no estudo as variáveis:



e-ISSN: 2594-679X

- 1) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal. As categorias consideradas foram: empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar.
- 2) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. As categorias consideradas foram: empregado do setor privado com ou sem carteira assinada, trabalhador doméstico com ou sem carteira assinada e empregado do setor público.
- 3) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal. As categorias consideradas foram: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; indústria geral; construção; comércio reparo de veículos automotivos e motocicletas; transporte, armazenamento e correio; alojamento, informática, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, prof. e administração; administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e seguridade social; serviço doméstico.
- 4) Média de horas habitualmente trabalhadas por semana e efetivamente trabalhadas na semana de referência, no trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por posição na ocupação. Considerando as categorias: empregado do setor privado com ou sem carteira assinada, trabalhador doméstico com ou sem carteira assinada e empregado do setor público.
- 5) Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. Considerando as categorias: Empregado no setor privado com e sem carteira assinada, trabalhador doméstico com ou sem carteira assinada, empregado do setor público, empregador e conta própria
- 6) Massa de rendimento nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por posição na ocupação no trabalho principal. Considerando as categorias: empregado, empregador e conta própria.

Os dados foram avaliados à nível de Brasil e Mato Grosso para todas as



e-ISSN: 2594-679X

variáveis.

Esta avaliação nestes níveis somente foi possível devido a metodologia empregada pela pesquisa PNAD Contínua. As pesquisas PNAD e PME não permitiam este nível de desagregação, devido ao plano amostral, periodicidade e tamanho de amostra que as caracterizaram.

A cada trimestre, a PNAD Contínua investiga em torno de 211.000 domicílios em aproximadamente 16.000 setores censitários de todo o Brasil. O maior número de municípios, de setores censitários e de domicílios investigados, em relação à PNAD Anual, permite um ganho considerável na precisão das estimativas, especialmente nas Unidades de Federação de menor tamanho de população e nas áreas rurais (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014, Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007).

Segundo Hypólito (2010) cada domicílio selecionado para a pesquisa será entrevistado cinco vezes, durante cinco trimestres consecutivos. Portanto, um domicílio será visitado pela segunda vez três meses após a primeira visita, pela terceira vez três meses após a segunda visita, e assim por diante.

Desta forma, em dois meses consecutivos, os domicílios entrevistados serão completamente diferentes. No entanto, de um trimestre para o próximo, haverá uma sobreposição de 80% dos domicílios. De um ano para o próximo, este número chegará a 20%. Entre os motivos que nortearam a escolha do citado esquema de rotação, pode-se destacar o fato de este apresentar uma das menores variâncias na estimativa das diferenças trimestrais entre os propostos para a PNAD Contínua.

O tema central da pesquisa é trabalho e rendimento. As variáveis destes tópicos, juntamente com aquelas que compõem o núcleo básico do SIPD (Sistema Integrado de Pesquisas Demográficas) – tais como sexo, cor ou raça, idade, composição do domicílio e nível de instrução, serão investigadas em 100% dos domicílios de um trimestre.

A população alvo da pesquisa PNAD Contínua é constituída por todas as pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes da área de abrangência da pesquisa.

A pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a



e-ISSN: 2594-679X

representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos citados acima.

A abrangência geográfica da PNAD Contínua é: todo o território nacional dividido nos setores censitários da base Operacional Geográfica de 2010. Excluídas áreas com características especiais, classificadas pelo IBGE como setores de: aldeias indígenas, quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, barcos, navios, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e agrovilas de projetos de assentamentos rurais, e também os setores censitários localizados em Terras Indígenas (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014; Notas Metodológicas 23 IBGE 2007; Gonçalves e Menezes Filho, 2015).

É importante ressaltar as diferenças existentes entre a PNAD Contínua e Pnad Anual. A primeira tem abrangência para Brasil, Grande Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que incluem o município capital do estado e os municípios restantes que compõe este nível de desagregação. Também é investigado o município capital do estado separadamente. (Nota Técnica IBGE, 2015).

A abrangência da coleta da informação na PME limitava-se apenas as áreas urbanas de 6 regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre num total de 145 municípios). A PNAD Anual tinha uma amostra de 1100 municípios, em Mato Grosso eram cerca de 43 municípios, já a PNAD Contínua considera 3500 municípios; em Mato Grosso, do total dos 141 municípios, 91 são visitados trimestralmente.

A Pnad Anual tinha abrangência Nacional, Grandes Regiões, Unidades da Federação e 09 Regiões Metropolitanas. (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). A PNAD Anual e a PME foram descontinuadas no ano de 2016. (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014, Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007; Gonçalves e Menezes Filho, 2015).

Cabe aqui ressaltar alguns conceitos da pesquisa PNAD Contínua que serão de grande importância para a interpretação dos resultados (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014):

Considera-se trabalho principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nessa semana. Para a pessoa com mais de um trabalho na semana de referência,



e-ISSN: 2594-679X

isto é, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalhava normalmente maior número de horas semanais. Havendo igualdade no número de horas normalmente trabalhadas, define-se como principal aquele que proporcionava normalmente maior rendimento mensal. Em caso de igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa tinha mais tempo de permanência.

Foram definidas quatro categorias de posição na ocupação: Empregado - pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.).

A categoria dos empregados foi desagregada nos seguintes subgrupos: Trabalhador doméstico - pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

Empregado do setor privado - pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica) do setor privado, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Nesse subgrupo, incluiu-se o sacerdote, o ministro de igreja, o pastor, o rabino, o frade, a freira e outros clérigos.

Empregado do setor público (inclusive empresas de economia mista) - pessoa que trabalhava para o governo, em qualquer esfera: federal, estadual ou municipal, que abrange, além das entidades da administração direta, as fundações, as autarquias, as empresas públicas e as empresas de economia mista. Nesse subgrupo, incluiu-se a pessoa que exercia mandato eletivo como vereador, deputado, prefeito etc.

Conta própria - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar.

Empregador - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; Trabalhador familiar auxiliar - pessoa que trabalhava sem receber pagamento, durante pelo menos uma hora na semana de



e-ISSN: 2594-679X

referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria, empregador ou empregado.

Os empregados, quanto à categoria do emprego, são classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e sem carteira de trabalho assinada. A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários é constituída pelos militares do Exército, Marinha ou Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, e pelos empregados sob o regime jurídico dos funcionários públicos (federais, estaduais e municipais ou de autarquias).

O subgrupo dos empregados, constituído pelos trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, é classificado em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Horas habitualmente trabalhadas por semana – As horas habitualmente trabalhadas são aquelas que a pessoa tinha o hábito ou costumava dedicar ao trabalho, portanto, independe de a pessoa ter trabalhado ou não na semana de referência. As horas habitualmente trabalhadas foram investigadas para o trabalho principal, secundário e demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

Rendimento médio nominal habitualmente recebido no trabalho principal pelos ocupados: é o rendimento bruto nominal médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência.

Masa de rendimentos é a soma dos rendimentos brutos nominais habitualmente recebidos pelos empregados em todos os trabalhos que tinham na semana de referência.

Para a referida pesquisa, também com o objetivo de tornar a presente análise o mais compatível possível com as realizadas para dados anuais, o primeiro procedimento a ser implementado consiste na agregação, por domicílio, da variável relativa ao rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos, exclusive pensionistas, empregados domésticos e seus parentes, calculado para pessoas com 14 anos ou mais de idade. Após a agregação, realiza-se a divisão pelo número de componentes do domicílio (Pitombo Leite, 2016).



e-ISSN: 2594-679X

Resultados e Discussão

Como pode ser observado na tabela 1 e figuras 1 e 2 no Brasil e Mato Grosso a posição na ocupação do trabalho principal tiveram ao seguinte comportamento ao longo da série estudada:

Para o país o número de trabalhadores empregados, empregadores e conta própria cresceram respectivamente (x 1000): de 61.332 para 63.520 (Aumento de 3,56%); de 3413 para 4442 (Aumento de 30,14%) e de 20.494 para 24.557 (Aumento de 19,82%). Já o número de trabalhadores familiares auxiliares diminuiu de 2393 para 2033 (Queda de 17%).

Para o estado de Mato Grosso o número de trabalhadores empregados, empregadores e conta próprias cresceram respectivamente (x 1000): de 1025 para 1.142 (Aumento de 11,4%); de 68 para 77 (Aumento de 13,2%) e de 330 para 442 (Aumento de 33,9%). Já o número de trabalhadores familiares auxiliares diminuiu de 37 para 31 (Queda de 19,35%).

No Brasil o maior incremento percentual ocorreu na posição na ocupação do trabalho principal empregadores (30,14%) e no Mato Grosso nos contra próprias (33,9%).

Segundo Clemente, considerando dados da Pnad Contínua de setembro de 2019, de cada 10 empregos criados na economia brasileira, somente um é de assalariado com carteira assinada, enquanto outras nove estão mais próximas da informalidade, principalmente autônomos, que trabalham por conta própria, trabalhadores domésticos ou familiares. Todas as ocupações bastante precárias, no geral com um salário inferior àquela jornada que as pessoas gostariam e tem disponibilidade para trabalhar, os chamados subutilizados, com renda muito baixa, o que obriga as pessoas a procurarem mais de uma ocupação.

O rendimento médio também cai nessa modalidade informal, de acordo com a Pesquisa Pnad Contínua do IBGE. Enquanto o trabalhador com carteira assinada arrecada R\$ 2.169, o empregado por conta própria recebe R\$ 1.427 e, sem o CNPJ, o valor cai ainda para R\$ 1.312. É uma situação no conjunto muito adversa, com uma penalização extrema para os trabalhadores, uma insegurança muito alta e uma falta de perspectiva para ter acesso a um posto de trabalho de qualidade.



e-ISSN: 2594-679X

O número de trabalhadores por conta própria no Brasil bateu recorde no terceiro trimestre de 2019, segundo o IBGE. São 24,4 milhões de brasileiros vivendo nessas condições. Número nunca foi tão grande no país. Em um ano, o Brasil ganhou mais de um milhão de pessoas nesse tipo de emprego.

O número é o maior da série histórica da Pnad Contínua, pesquisa que acompanha os indicadores do emprego formal e informal mensalmente, iniciada em 2012.

Segundo a pesquisa Pnad Contínua do IBGE, 41,4% da população ocupada é informal, considerando todas as categorias. São 38,8 milhões nessa situação entre os mais de 98,8 milhões de pessoas empregadas. O número também é recorde desde 2012, tanto em contingente de pessoas, como na comparação por taxas (Agência Globo, 2019).

As incertezas que rondam a economia do Brasil trazem reflexos maiores do que a dificuldade para a retomada econômica ou o afastamento de investidores internacionais, que não sentem segurança em investir no país. O atual cenário impacta diretamente na vida de 21,6 milhões de brasileiros que, pela fragilidade do mercado, estão desocupados ou desalentados. Sobreviver a essa realidade virou um desafio, e, para muitos, a saída tem sido a criatividade. A taxa de pessoas que decidiu trabalhar por conta própria no primeiro trimestre de 2019 atingiu um dos maiores índices dos últimos quatro anos, segundo Fernandes e Cardim (2019), fazendo uso de dados da Pesquisa Pnad Contínua divulgados no mês de setembro de 2019.

Menegin et al. (2008) fez um estudo focando na informalidade no mercado de trabalho sob a ótica da Teoria dos Jogos, evidenciando o comportamento dos agentes envolvidos e de como o funcionamento da Justiça Trabalhista pode afetar a formalização dos contratos. Procurou-se ressaltar que as mudanças institucionais, a exemplo das condições macroeconômicas, apresentam importantes impactos sobre o tipo de postos de trabalho gerados.

Mostrou primeiramente que existe um equilíbrio em que o empregado é contratado informalmente e, após determinado período, ele tem sua carteira de trabalho assinada. O modelo confirma também o que parece ser a realidade em certos mercados de trabalho em que, sob certas condições, o empregador prefere manter os empregados na informalidade, mesmo sabendo que isso acarretará despesas trabalhistas na Justiça. Ou seja,



e-ISSN: 2594-679X

as firmas adotam a sistemática de contratar informalmente e demitir frequentemente, contribuindo para a alta rotatividade da mão de obra.

Constata-se, assim, uma triste convergência do mercado de trabalho para uma situação de estabilidade da informalidade em níveis elevados. Apesar do resultado negativo, o estudo também evidencia que o equilíbrio sem registro não existe se a Justiça consegue garantir ao trabalhador elevado percentual de recuperação dos benefícios não pagos pela firma durante o período de informalidade. Nesse caso, a firma prefere assinar a carteira do trabalhador antes que ele a denuncie na Justiça.

Os resultados sugerem, para o combate da informalidade, a tomada de políticas públicas como reformar a Justiça Trabalhista, tornando-a mais ágil, com julgamentos que reflitam os reais direitos dos trabalhadores, ou, talvez, criar outras instâncias de conciliação entre empregados e empregadores não vinculados ao Poder Judiciário, que garantam celeridade e justiça às disputas trabalhistas. Os resultados encontrados no artigo reforçam a literatura existente com o instrumental do comportamento estratégico. No entanto, ainda são oriundos de um modelo com hipóteses restritivas, como a simultaneidade para o empregado entre recorrer à Justiça e a perda do emprego, bem como o fato de o trabalhador tornar-se irreversivelmente autônomo após a denúncia. Além disso, nossas simulações são todas baseadas na hipótese de que $r > \gamma$ e o valor de b , ainda que baseado em estudos existentes, não discrimina os benefícios recebidos pelo trabalhador no momento da demissão, como o depósito na conta vinculada do trabalhador no FGTS, de importância igual a 40% do montante acumulado durante a vigência do contrato de trabalho (hipótese de despedida sem justa causa), ou o seguro-desemprego a que o demitido tem direito. Adicionalmente, no presente modelo, a única diferença salarial entre o empregado com carteira assinada e aquele sem carteira é o benefício b , não havendo adicional de salário ao empregado sem carteira. Deixa-se como sugestão para pesquisas futuras desenvolver novas versões do jogo relaxando essas hipóteses, de forma a tornar o modelo mais próximo da realidade.

Pereira et al. (2018) em seu estudo apontam que existe uma predominância da informalidade no trabalho secundário, principalmente, sob a influência dos empregos informais no trabalho principal, o que é um grande problema a ser discutido especialmente no âmbito das leis que regem o mercado de trabalho. Além disso, foi possível observar no



e-ISSN: 2594-679X

referido estudo que os empregos informais secundários surgem como alternativa para aqueles que já possuem elevados rendimentos no trabalho principal, como forma de aumentar suas receitas mensais sem contribuir com os impostos e taxas referentes aos empregos formais. Essa situação pode desencadear problemas no aspecto tanto da precarização das relações de trabalho como da arrecadação de tributos por parte do Estado.

Nesse sentido, o estudo colabora adicionalmente com elementos para a discussão relacionada ao regimento do trabalho no Brasil. Apesar de a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vigente até novembro de 2017, ser ampla e possuir uma série de emendas constitucionais, sua estrutura básica apresentava sinais de não mais comportar as atuais relações de trabalho. Embora a literatura evidencie que a fiscalização por parte do governo seja a ferramenta mais eficaz para o combate à informalidade, é provável que uma nova redação das leis trabalhistas, discutida amplamente com a sociedade e adequada aos novos modelos de trabalho existentes, consiga efetivamente diminuir o contingente populacional inserido no mercado de trabalho informal.

As mudanças no mercado de trabalho apontam para a coexistência de modelos diferentes que devem funcionar de forma complementar de maneira a atender a necessidades específicas. A legislação atual e as políticas governamentais de uma forma geral foram concebidas tendo como foco o modelo de trabalho padrão, que, no caso do Brasil, é representado por contratos regidos pela CLT. Dada à disseminação de outros tipos de contrato de trabalho, podemos dizer que existe um descompasso entre a realidade do mundo do trabalho e sua regulamentação. Nesse contexto, o papel do Estado é fundamental para, a partir de uma nova realidade, que já se faz presente, atuar no sentido de estabelecer regulamentações mínimas de direitos trabalhistas e seguridade social, que resguardem o trabalhador individual, parte que em geral tem menor poder de negociação nesses processos. Pesquisas sobre a estruturação do mercado de trabalho no Brasil apontam para a disseminação de uma grande variedade de contratos de trabalho fora do padrão CLT. A referida pesquisa confirmou que isso é uma realidade, até mesmo em um grupo mais restrito, como o de trabalhadores qualificados. Os resultados também estão de acordo com pesquisas internacionais, que apontam para a disseminação de relações de trabalho diferentes das tradicionais. Devemos ressaltar, no entanto, que diversas modalidades de contratos de



e-ISSN: 2594-679X

trabalho aqui identificadas são específicas da realidade brasileira, não encontrando paralelo em outros países. Os dados levantados retratam uma realidade preocupante. Podemos dizer que existe um descompasso dentro do contexto brasileiro entre as relações de trabalho atuais e o ambiente no qual elas estão inseridas. A sociedade brasileira e a legislação trabalhista estão estruturadas com base nas relações de trabalho formais. Isso faz com que os trabalhadores fora desse sistema normalmente fiquem sem acesso a uma série de garantias e benefícios e ao sistema de seguridade social. Outra consequência é que a contribuição para o sistema de seguridade social fica comprometida nesse tipo de contrato de trabalho. As organizações também não sabem lidar com uma força de trabalho com diferentes tipos de contrato, enfrentando muitas vezes problemas complexos decorrentes dessa situação. E os trabalhadores em geral não estão preparados para atuar nesse mercado de trabalho diferenciado. Ressaltamos que os trabalhadores são o elo mais frágil desse contexto, devido ao fato de individualmente possuírem menos recursos para maximizar os aspectos positivos e minimizar os aspectos negativos associados aos contratos de trabalho que diferem dos tradicionais (Azevedo e Tonelli, 2014).

| Trimestre | Posição na ocupação no trabalho principal x Brasil e Unidade da Federação | | | | | | | |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------|-------------|------------|-------------|---------------|-------------|-------------------------------|-------------|
| | Empregado | | Empregador | | Conta própria | | Trabalhador familiar auxiliar | |
| | Brasil | Mato Grosso | Brasil | Mato Grosso | Brasil | Mato Grosso | Brasil | Mato Grosso |
| 1º trimestre 2012 | 61332 | 1025 | 3413 | 68 | 20494 | 330 | 2393 | 37 |
| 2º trimestre 2012 | 62421 | 1057 | 3516 | 68 | 20228 | 314 | 2965 | 45 |
| 3º trimestre 2012 | 63029 | 1044 | 3564 | 69 | 20156 | 334 | 2889 | 47 |
| 4º trimestre 2012 | 62851 | 1041 | 3655 | 59 | 20508 | 357 | 2843 | 52 |
| 1º trimestre 2013 | 62157 | 1032 | 3641 | 67 | 20409 | 362 | 2791 | 55 |
| 2º trimestre 2013 | 62839 | 1058 | 3718 | 76 | 20724 | 357 | 2819 | 55 |



e-ISSN: 2594-679X

| | | | | | | | | |
|-------------------|-------|------|------|----|-------|-----|------|----|
| 3º trimestre 2013 | 63500 | 1087 | 3700 | 73 | 20836 | 359 | 2671 | 55 |
| 4º trimestre 2013 | 63661 | 1072 | 3783 | 75 | 21167 | 362 | 2793 | 53 |
| 1º trimestre 2014 | 63664 | 1077 | 3697 | 79 | 20789 | 365 | 2633 | 50 |
| 2º trimestre 2014 | 64271 | 1087 | 3713 | 81 | 20956 | 371 | 2637 | 46 |
| 3º trimestre 2014 | 64132 | 1098 | 3739 | 82 | 21350 | 365 | 2574 | 48 |
| 4º trimestre 2014 | 64266 | 1078 | 3923 | 76 | 21637 | 377 | 2571 | 50 |
| 1º trimestre 2015 | 63174 | 1070 | 4056 | 75 | 21651 | 381 | 2674 | 52 |
| 2º trimestre 2015 | 63134 | 1050 | 3977 | 64 | 21944 | 384 | 2695 | 49 |
| 3º trimestre 2015 | 62862 | 1034 | 4036 | 66 | 22107 | 379 | 2631 | 40 |
| 4º trimestre 2015 | 62756 | 1029 | 3936 | 72 | 22790 | 415 | 2317 | 35 |
| 1º trimestre 2016 | 61280 | 1015 | 3707 | 57 | 23066 | 402 | 2163 | 28 |
| 2º trimestre 2016 | 61768 | 1039 | 3690 | 61 | 22804 | 409 | 2117 | 24 |
| 3º trimestre 2016 | 61577 | 1037 | 4065 | 75 | 21743 | 381 | 2049 | 29 |
| 4º trimestre 2016 | 61634 | 1056 | 4127 | 68 | 22021 | 385 | 2089 | 24 |
| 1º trimestre 2017 | 60289 | 1023 | 4110 | 67 | 22009 | 378 | 2172 | 25 |
| 2º trimestre 2017 | 61131 | 1046 | 4173 | 63 | 22407 | 392 | 2161 | 31 |
| 3º trimestre 2017 | 61659 | 1070 | 4228 | 61 | 22819 | 408 | 2247 | 29 |
| 4º trimestre 2017 | 62065 | 1087 | 4390 | 67 | 23110 | 409 | 2206 | 26 |
| 1º trimestre 2018 | 60850 | 1061 | 4347 | 84 | 22871 | 391 | 2204 | 28 |
| 2º trimestre 2018 | 61476 | 1073 | 4353 | 82 | 22985 | 410 | 2127 | 38 |
| 3º trimestre 2018 | 62293 | 1113 | 4416 | 82 | 23419 | 418 | 2204 | 36 |
| 4º trimestre 2018 | 62283 | 1090 | 4520 | 88 | 23775 | 442 | 2158 | 43 |

| | | | | | | | | |
|-------------------|-------|------|------|----|-------|-----|------|----|
| 1º trimestre 2019 | 61512 | 1088 | 4435 | 76 | 23750 | 446 | 2166 | 38 |
| 2º trimestre 2019 | 62628 | 1106 | 4369 | 76 | 24141 | 467 | 2203 | 45 |
| 3º trimestre 2019 | 62872 | 1143 | 4368 | 78 | 24434 | 437 | 2127 | 39 |
| 4º trimestre 2019 | 63520 | 1142 | 4442 | 77 | 24557 | 442 | 2033 | 31 |

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal.

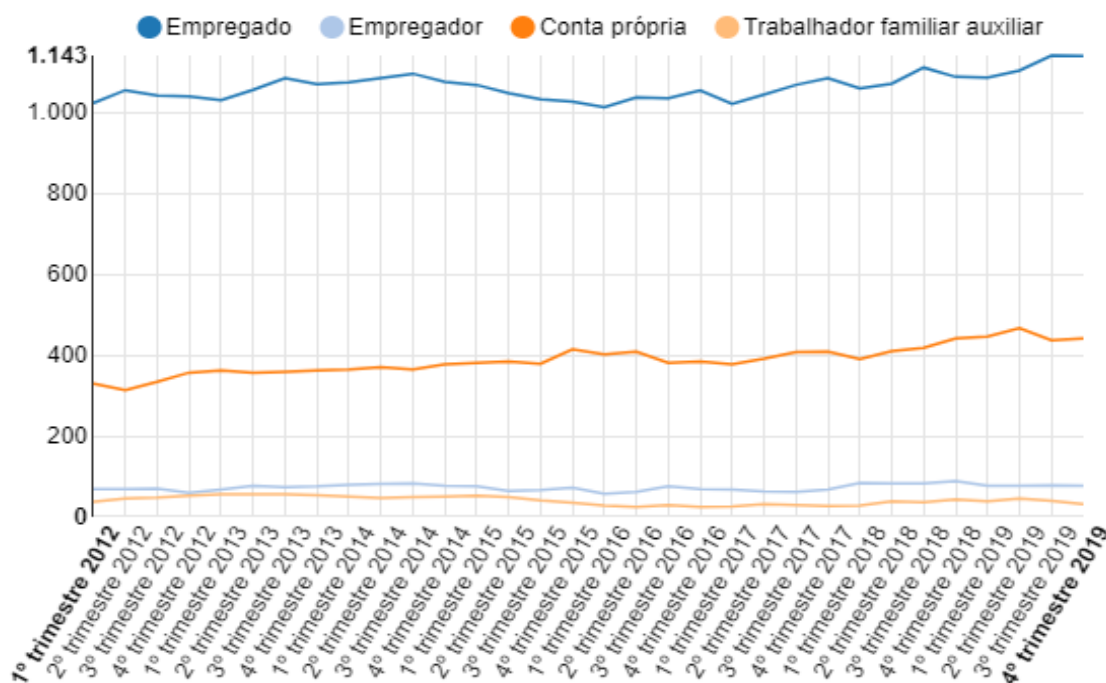


Figura 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal. Unidade da Federação. Mato Grosso.

Como pode ser observado na tabela 2 e figuras 3 e 4 no Brasil e Mato Grosso a categoria do emprego no trabalho principal variou da seguinte forma ao longo da série estudada: Para o Brasil o número de empregados com carteira assinada no setor privado, número de empregado sem carteira assinada no setor privado, número de trabalhadores domésticos com carteira assinada, número de trabalhadores domésticos sem carteira assinada e empregados no setor público variou respectivamente (x 1000):



e-ISSN: 2594-679X

De 33.393 para 33.668 (Aumento de 0,8%); De 10.942 para 11.885 (Aumento de 8,3%); De 1.938 para 1.770 (Diminuição de 9,4%); De 4.127 para 4.585 (Aumento de 11,1%) e de 10.941 para 11.641 (Aumento de 6,4%).

Para Mato Grosso o número de empregados com carteira assinada no setor privado, número de empregado sem carteira assinada no setor privado, número de trabalhadores domésticos com carteira assinada, número de trabalhadores domésticos sem carteira assinada e empregados no setor público variou respectivamente (x 1000):

De 557 para 639 (Aumento de 14,72%); De 185 para 193 (Aumento de 4,3%) ; De 33 para 35 (Aumento de 6%); de 65 para 80 (Aumento de 23,1%) e de 185 para 195 (Aumento de 5,4%).

Destacam-se também os seguintes pontos: somente tivemos queda nos valores relacionados a Trabalho doméstico com carteira assinada a nível Brasil (Queda de 8,7%); O incremento ao longo da série de trabalhadores com carteira assinada no setor privado foi de 0,8% a nível de Brasil e de 14,7% a nível de Mato Grosso.

O maior incremento foi com trabalhadores domésticos sem carteira assinada em nível de Mato Grosso (23,1%).

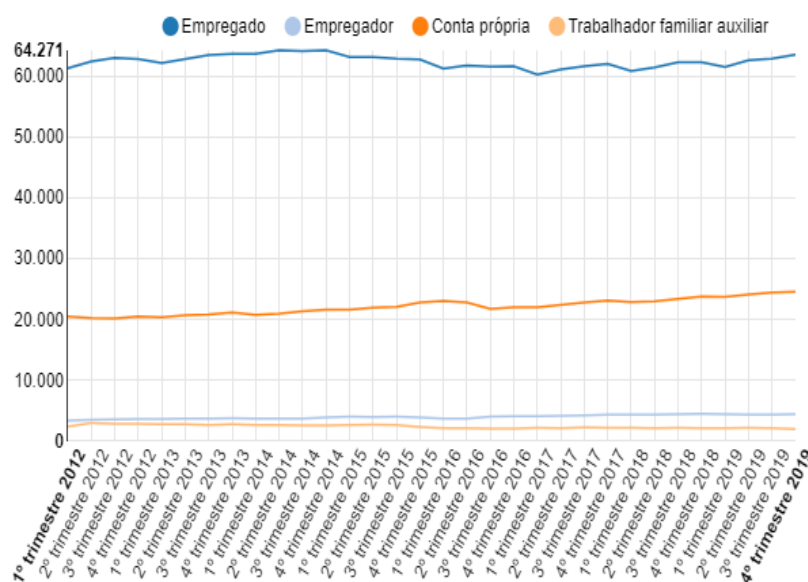


Figura 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal. Brasil



e-ISSN: 2594-679X

| Trimestre | Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal x Brasil e Unidade da Federação | | | | | | | | | |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------------------------------------------------|-------------|--------------------------------------------|-------------|------------------------------------------------|-------------|----------------------------|-------------|
| | Empregado no setor privado Carteira Assinada | | Empregado no setor privado Sem carteira Assinada | | Trabalhador doméstico Carteira Assinada | | Trabalhador doméstico Sem carteira Assinada | | Empregado no setor público | |
| | Brasil | Mato Grosso | Brasil | Mato Grosso | Brasil | Mato Grosso | Brasil | Mato Grosso | Brasil | Mato Grosso |
| 1º trimestre 2012 | 33393 | 557 | 10942 | 185 | 1938 | 33 | 4127 | 65 | 10931 | 185 |
| 2º trimestre 2012 | 34083 | 576 | 11038 | 180 | 1925 | 29 | 4190 | 77 | 11186 | 195 |
| 3º trimestre 2012 | 34399 | 573 | 11202 | 179 | 1911 | 30 | 4201 | 68 | 11316 | 194 |
| 4º trimestre 2012 | 34752 | 581 | 10907 | 178 | 1924 | 26 | 4218 | 70 | 11049 | 185 |
| 1º trimestre 2013 | 34489 | 583 | 10797 | 180 | 1922 | 29 | 4127 | 63 | 10823 | 178 |
| 2º trimestre 2013 | 34928 | 585 | 10781 | 184 | 1823 | 25 | 4100 | 67 | 11206 | 197 |
| 3º trimestre 2013 | 35476 | 597 | 10845 | 194 | 1771 | 33 | 4140 | 73 | 11268 | 191 |
| 4º trimestre 2013 | 35889 | 599 | 10657 | 175 | 1848 | 30 | 4093 | 74 | 11174 | 195 |
| 1º trimestre 2014 | 36237 | 599 | 10389 | 190 | 1858 | 32 | 4042 | 65 | 11139 | 191 |
| 2º trimestre 2014 | 36716 | 606 | 10252 | 185 | 1895 | 32 | 4078 | 70 | 11329 | 193 |



e-ISSN: 2594-679X

| | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------|-----|-------|-----|------|----|------|----|-------|-----|
| 3º trimestre 2014 | 36495 | 619 | 10190 | 182 | 1905 | 34 | 4045 | 67 | 11497 | 195 |
| 4º trimestre 2014 | 36350 | 623 | 10420 | 166 | 1913 | 31 | 4038 | 70 | 11545 | 189 |
| 1º trimestre 2015 | 35916 | 629 | 9982 | 156 | 1936 | 34 | 4054 | 66 | 11286 | 185 |
| 2º trimestre 2015 | 35765 | 607 | 10004 | 163 | 1911 | 37 | 4063 | 60 | 11391 | 184 |
| 3º trimestre 2015 | 35277 | 592 | 10113 | 158 | 1885 | 37 | 4103 | 66 | 11485 | 180 |
| 4º trimestre 2015 | 35268 | 557 | 9975 | 159 | 2081 | 48 | 4168 | 80 | 11264 | 185 |
| 1º trimestre 2016 | 34503 | 569 | 9661 | 147 | 2163 | 49 | 4032 | 64 | 10921 | 185 |
| 2º trimestre 2016 | 34302 | 568 | 10023 | 163 | 2058 | 44 | 4141 | 70 | 11243 | 195 |
| 3º trimestre 2016 | 33995 | 569 | 10209 | 165 | 2024 | 40 | 4074 | 74 | 11274 | 189 |
| 4º trimestre 2016 | 33894 | 568 | 10457 | 168 | 1941 | 41 | 4142 | 80 | 11200 | 199 |
| 1º trimestre 2017 | 33305 | 561 | 10126 | 165 | 1905 | 37 | 4131 | 77 | 10822 | 183 |
| 2º trimestre 2017 | 33237 | 565 | 10564 | 170 | 1862 | 32 | 4220 | 78 | 11248 | 201 |
| 3º trimestre 2017 | 33212 | 585 | 10853 | 166 | 1828 | 32 | 4326 | 73 | 11440 | 214 |
| 4º trimestre | 33237 | 608 | 11056 | 167 | 1872 | 33 | 4476 | 72 | 11424 | 207 |



e-ISSN: 2594-679X

| | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------|-----|-------|-----|------|----|------|----|-------|-----|
| 2017 | | | | | | | | | | |
| 1º trimestre 2018 | 32837 | 586 | 10657 | 170 | 1857 | 36 | 4327 | 70 | 11172 | 198 |
| 2º trimestre 2018 | 32763 | 593 | 10935 | 168 | 1832 | 35 | 4381 | 75 | 11565 | 202 |
| 3º trimestre 2018 | 32909 | 615 | 11453 | 174 | 1808 | 37 | 4433 | 72 | 11690 | 214 |
| 4º trimestre 2018 | 32942 | 595 | 11488 | 175 | 1779 | 36 | 4477 | 77 | 11596 | 206 |
| 1º trimestre 2019 | 32918 | 593 | 11124 | 167 | 1768 | 38 | 4340 | 79 | 11362 | 211 |
| 2º trimestre 2019 | 33213 | 599 | 11500 | 181 | 1779 | 37 | 4476 | 79 | 11661 | 210 |
| 3º trimestre 2019 | 33075 | 626 | 11838 | 186 | 1740 | 36 | 4536 | 87 | 11683 | 209 |
| 4º trimestre 2019 | 33668 | 639 | 11855 | 193 | 1770 | 35 | 4585 | 80 | 11641 | 195 |

Tabela 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

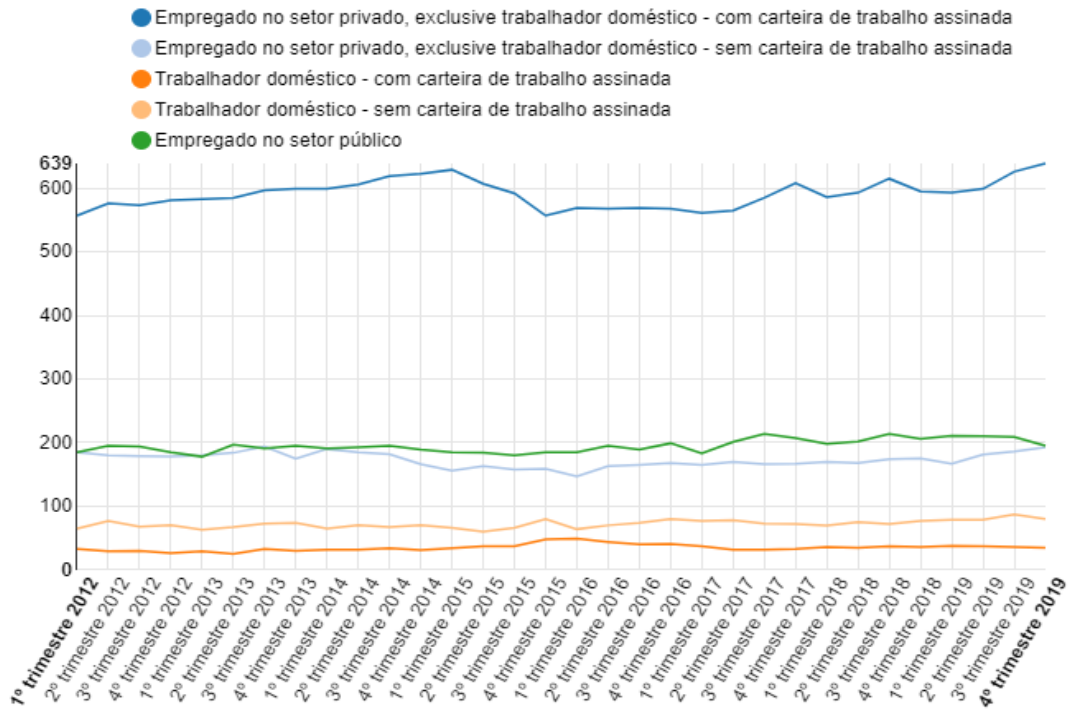


Figura 3 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. Unidade da Federação. Mato Grosso.

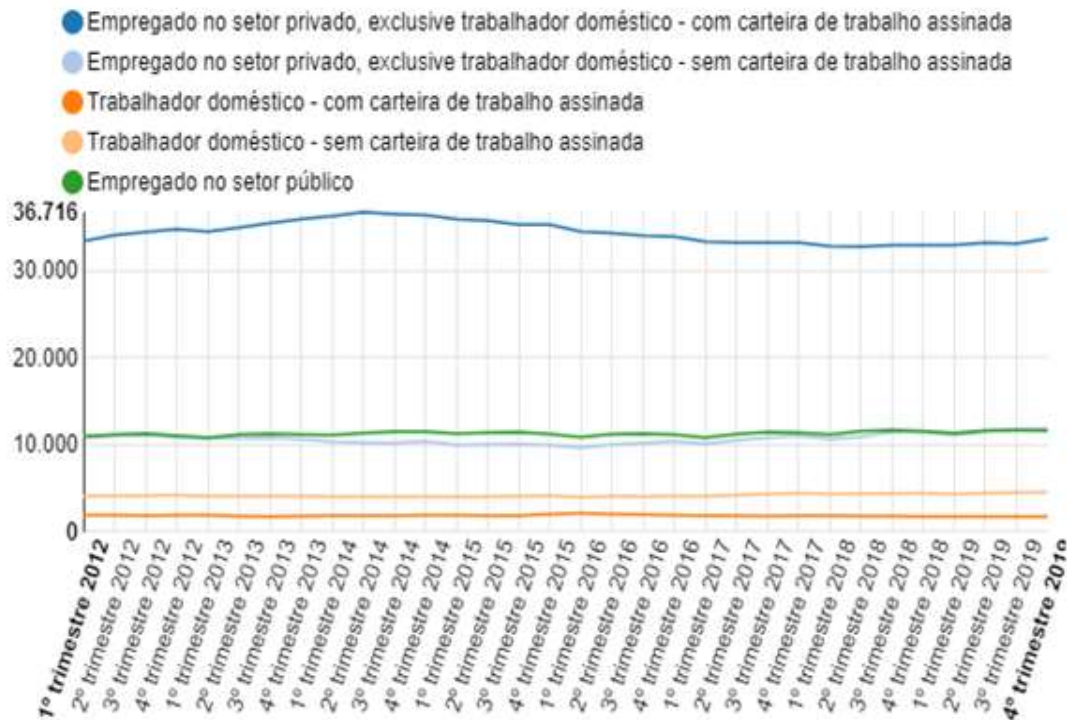


Figura 4 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. Brasil.

Na análise das posições ocupacionais da pesquisa Pnad Contínua, com referência ao segundo semestre de 2019, observaram-se taxas de variação relativamente maiores para as mulheres nas posições de empregadas no setor privado com carteira assinada, trabalho doméstico com e sem carteira, empregadas no setor público sem carteira e conta própria. Não por coincidência, estas foram as ocupações em que a diferença entre os rendimentos diminuiu no período em questão, resultando numa maior aproximação dos rendimentos das mulheres em relação ao dos homens, ainda que esteja longe de se igualar. Pode-se destacar que as empregadas no setor privado com carteira apresentaram variação no rendimento médio real de 29,6% para as mulheres e 21% para os homens e, na ocupação conta própria, a variação dos rendimentos foi de 29,7% para as mulheres e 16,2% para os homens. Desse modo, a diferença entre mulheres e homens para os empregados no setor privado com carteira passou de 78,6% para 84,2% e na categoria conta própria foi de 73,4% para 81,9%. Embora a diferença de rendimentos na ocupação conta própria tenha mostrado uma diminuição considerável, o nível do rendimento médio de uma mulher que exerce atividades produtivas como conta própria



e-ISSN: 2594-679X

ainda é muito baixo, semelhante a de uma trabalhadora doméstica com carteira, na faixa de R\$1.500, no 2º trimestre de 2019.

Com relação ainda às ocupações em que as mulheres aproximaram seus rendimentos ao dos homens, destacam-se também as trabalhadoras domésticas com carteira assinada (ganhavam 79,9% do salário dos homens e passaram a ganhar 93,7%) e as trabalhadoras domésticas sem carteira assinada (ganhavam 79,8% e passaram a ganhar 86,5% do salário dos homens). Vale ressaltar que as mulheres representaram quase a totalidade dessa categoria (em 2019, 92,2%), mas, ainda assim, seus rendimentos médios são menores que os poucos homens que executam serviços domésticos. Uma trabalhadora doméstica sem carteira ganhava R\$748,8, no 2º trimestre de 2019, já o homem trabalhador doméstico sem carteira ganhava R\$865,5. A trabalhadora doméstica com carteira ganhava, na mesma época, R\$1.285,4, enquanto o homem recebia R\$1.371,6 (Gorayeb et al., 2019).



e-ISSN: 2594-679X

| Trimestre | Grupamento de atividades no trabalho principal - PNADC x Brasil e Unidade da Federação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------------------|-----|---------------------------------------|-----|------------|-----|--------------------------------------------------------------------------|-----|-----------------------------------------------|----|------------|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|----------------------|-----|
| | Agricultura., pecuária., produção. Florestal. pesca e aquicultura. | | Indústria geral | | Indústria de transformação. | | Construção | | Comércio, rep. de veículos automóveis. e motocicletas | | Transporte, armazenamento e correio | | Alojamento | | Informações, comunicações e atividades financiamentos., imobiliário., profissionais. e administração. | | Administração. Pública., defesa., seguridade social, educação.. Saúde humana., e seriço. social. | | Serviço Doméstico | |
| | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT |
| 1º trimestre 2012 | 10239 | 240 | 12840 | 159 | 11427 | 142 | 7042 | 125 | 16362 | 296 | 4008 | 65 | 3819 | 62 | 9415 | 117 | 14050 | 233 | 6065 | 97 |
| 2º trimestre 2012 | 10446 | 248 | 13122 | 156 | 11712 | 136 | 7370 | 127 | 16502 | 297 | 4067 | 67 | 3837 | 55 | 9313 | 105 | 14569 | 246 | 6115 | 106 |
| 3º trimestre 2012 | 10279 | 252 | 13065 | 165 | 11706 | 144 | 7594 | 141 | 16414 | 297 | 4093 | 66 | 3744 | 63 | 9618 | 113 | 14754 | 238 | 6112 | 98 |
| 4º trimestre 2012 | 10115 | 262 | 13051 | 180 | 11681 | 158 | 7772 | 139 | 16821 | 303 | 4233 | 65 | 3912 | 65 | 9549 | 110 | 14418 | 227 | 6143 | 96 |
| 1º trimestre 2013 | 9944 | 272 | 12883 | 174 | 11506 | 149 | 7573 | 139 | 16767 | 308 | 4203 | 71 | 3884 | 69 | 9617 | 108 | 14117 | 223 | 6049 | 92 |
| 2º | 10197 | 259 | 12956 | 178 | 11481 | 152 | 7766 | 131 | 16808 | 325 | 4281 | 78 | 3862 | 66 | 9767 | 123 | 14573 | 236 | 5924 | 92 |



e-ISSN: 2594-679X

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------|-----|-------|-----|-------|-----|------|-----|-------|-----|------|----|------|----|-------|-----|-------|-----|------|-----|
| trimestre 2013 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3° trimestre 2013 | 10161 | 255 | 12729 | 171 | 11242 | 147 | 7970 | 140 | 17175 | 331 | 4200 | 72 | 4020 | 76 | 9745 | 130 | 14734 | 230 | 5911 | 106 |
| 4° trimestre 2013 | 10257 | 245 | 12828 | 168 | 11385 | 144 | 8069 | 148 | 17422 | 326 | 4193 | 69 | 4202 | 77 | 9687 | 123 | 14717 | 236 | 5941 | 104 |
| 1° trimestre 2014 | 9551 | 258 | 12937 | 149 | 11467 | 125 | 8001 | 158 | 17389 | 338 | 4137 | 78 | 4255 | 70 | 9781 | 120 | 14705 | 237 | 5901 | 97 |
| 2° trimestre 2014 | 9683 | 258 | 13088 | 165 | 11636 | 139 | 7772 | 156 | 17314 | 326 | 4224 | 75 | 4117 | 65 | 10224 | 131 | 15055 | 241 | 5974 | 103 |
| 3° trimestre 2014 | 9513 | 257 | 13339 | 164 | 11921 | 144 | 7574 | 157 | 17150 | 334 | 4116 | 79 | 4186 | 71 | 10641 | 125 | 15063 | 237 | 5953 | 101 |
| 4° trimestre 2014 | 9333 | 257 | 13366 | 156 | 11976 | 135 | 7737 | 162 | 17462 | 345 | 4239 | 70 | 4292 | 74 | 10480 | 120 | 15309 | 236 | 5959 | 100 |
| 1° trimestre 2015 | 9464 | 271 | 13186 | 175 | 11809 | 154 | 7607 | 146 | 17350 | 325 | 4275 | 67 | 4308 | 68 | 10311 | 124 | 14929 | 237 | 5995 | 100 |
| 2° trimestre 2015 | 9475 | 251 | 13047 | 177 | 11677 | 151 | 7101 | 144 | 17491 | 322 | 4263 | 68 | 4309 | 67 | 10730 | 123 | 15200 | 237 | 5976 | 96 |
| 3° | 9379 | 234 | 12827 | 168 | 11461 | 145 | 7276 | 146 | 17504 | 319 | 4257 | 67 | 4319 | 70 | 10514 | 124 | 15368 | 227 | 5992 | 103 |



e-ISSN: 2594-679X

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|------|-----|-------|-----|-------|-----|------|-----|-------|-----|------|----|------|----|-------|-----|-------|-----|------|-----|
| trimestre 2015 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4° trimestre 2015 | 9260 | 249 | 12319 | 156 | 11085 | 132 | 7900 | 160 | 17640 | 307 | 4488 | 77 | 4560 | 71 | 9530 | 116 | 15586 | 230 | 6367 | 130 |
| 1° trimestre 2016 | 9359 | 240 | 11679 | 151 | 10493 | 136 | 7522 | 134 | 17364 | 308 | 4460 | 74 | 4480 | 73 | 9661 | 107 | 15293 | 240 | 6256 | 115 |
| 2° trimestre 2016 | 9332 | 251 | 11619 | 142 | 10444 | 124 | 7384 | 148 | 17325 | 306 | 4477 | 79 | 4473 | 79 | 9658 | 112 | 15687 | 244 | 6293 | 115 |
| 3° trimestre 2016 | 8940 | 262 | 11537 | 152 | 10302 | 128 | 7111 | 138 | 17016 | 303 | 4480 | 79 | 4663 | 64 | 9543 | 105 | 15682 | 244 | 6161 | 116 |
| 4° trimestre 2016 | 8842 | 256 | 11372 | 138 | 10087 | 113 | 7049 | 138 | 17575 | 318 | 4592 | 76 | 4811 | 68 | 9709 | 108 | 15488 | 249 | 6133 | 123 |
| 1° trimestre 2017 | 8606 | 239 | 11342 | 138 | 10107 | 114 | 6809 | 143 | 17142 | 302 | 4479 | 71 | 4975 | 74 | 9911 | 110 | 15007 | 248 | 6076 | 115 |
| 2° trimestre 2017 | 8574 | 232 | 11718 | 139 | 10463 | 117 | 6709 | 136 | 17344 | 311 | 4609 | 83 | 5053 | 84 | 9794 | 120 | 15489 | 264 | 6114 | 110 |
| 3° trimestre 2017 | 8545 | 253 | 11790 | 138 | 10513 | 120 | 6850 | 128 | 17439 | 306 | 4599 | 86 | 5231 | 89 | 10037 | 133 | 15740 | 271 | 6191 | 105 |
| 4° | 8391 | 244 | 11908 | 150 | 10612 | 132 | 6922 | 130 | 17806 | 336 | 4546 | 81 | 5233 | 82 | 10125 | 128 | 15742 | 264 | 6395 | 107 |



e-ISSN: 2594-679X

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|------|-----|-------|-----|-------|-----|------|-----|-------|-----|------|----|------|-----|-------|-----|-------|-----|------|-----|
| trimestre 2017 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1º trimestre 2018 | 8415 | 250 | 11584 | 162 | 10341 | 141 | 6537 | 120 | 17416 | 312 | 4588 | 80 | 5260 | 73 | 10050 | 132 | 15479 | 256 | 6229 | 108 |
| 2º trimestre 2018 | 8422 | 272 | 11871 | 173 | 10620 | 152 | 6543 | 114 | 17333 | 298 | 4641 | 79 | 5189 | 89 | 9891 | 130 | 16069 | 258 | 6219 | 111 |
| 3º trimestre 2018 | 8685 | 270 | 11838 | 168 | 10597 | 145 | 6770 | 119 | 17469 | 323 | 4591 | 79 | 5367 | 84 | 10156 | 149 | 16253 | 269 | 6246 | 110 |
| 4º trimestre 2018 | 8389 | 273 | 11777 | 173 | 10491 | 150 | 6806 | 127 | 17737 | 329 | 4749 | 82 | 5381 | 83 | 10349 | 143 | 16313 | 270 | 6262 | 114 |
| 1º trimestre 2019 | 8422 | 290 | 11667 | 153 | 10429 | 127 | 6518 | 117 | 17542 | 317 | 4790 | 90 | 5424 | 87 | 10467 | 142 | 15981 | 268 | 6150 | 118 |
| 2º trimestre 2019 | 8655 | 279 | 11986 | 157 | 10700 | 134 | 6605 | 131 | 17531 | 341 | 4862 | 88 | 5417 | 99 | 10509 | 140 | 16451 | 276 | 6301 | 117 |
| 3º trimestre 2019 | 8511 | 274 | 12054 | 154 | 10734 | 131 | 6859 | 130 | 17633 | 348 | 4870 | 88 | 5484 | 100 | 10560 | 141 | 16480 | 266 | 6335 | 124 |
| 4º trimestre 2019 | 8333 | 260 | 12166 | 166 | 10802 | 139 | 6820 | 122 | 18009 | 356 | 4896 | 89 | 5663 | 104 | 10570 | 149 | 16529 | 254 | 6391 | 116 |

Tabela 3 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grupamento de atividades no trabalho principal .



Figura 5 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal. Unidade da Federação.Mato Grosso.

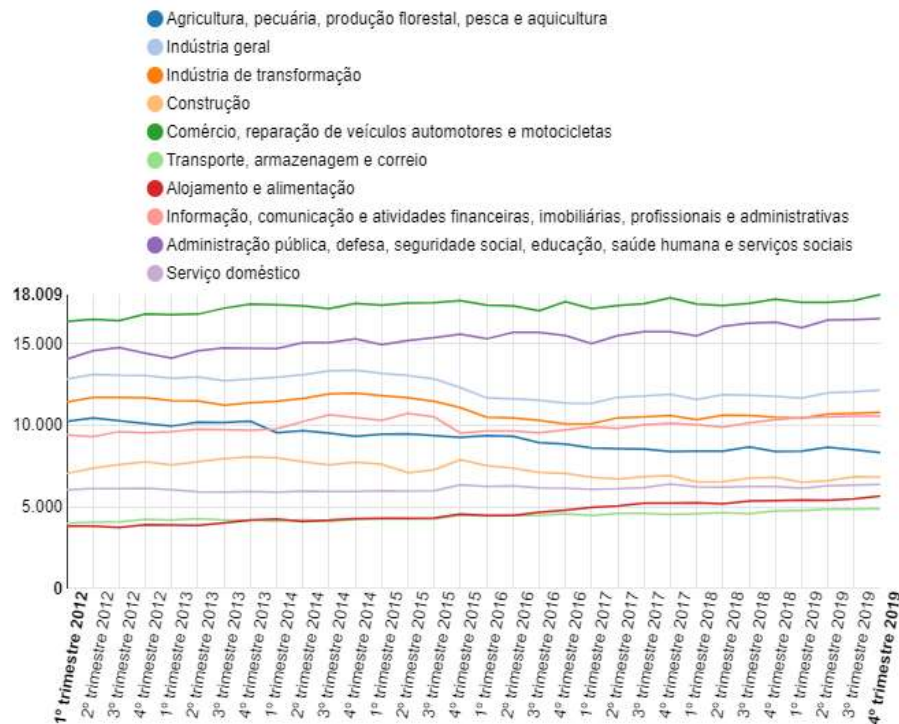


Figura 6. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal. Brasil.



e-ISSN: 2594-679X

Os dados da tabela 3 e figuras 5 e 6 mostram os dados em nível de Brasil e Mato Grosso. No Brasil, predominam os seguintes grupamentos de atividades (x 1000): Comércio (16.362/18.009 no início e no final da série); Administração Pública (14.050/16.529 no início e final da série) e Indústria Geral (12.840/12.166 no início e final da série). Para Mato Grosso predominam: Comércio (296/356 no início e final da série); Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (240/260 no início e final da série) e Administração Pública (233/254 no início e final da série).

Podemos destacar que o grupamento de atividades agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou significativa diminuição no número de pessoas ocupadas em nível de Brasil (10.239.000 no início da série e 8.333.000 no final, ou queda de 22,8%). Já em nível de Mato Grosso este grupamento de atividades em número de pessoas ocupadas (240.000 no início para 260.000 no final da série, ou crescimento de 8,33%). Outro destaque é o crescimento do número de pessoas ocupadas no comércio em Mato Grosso (296.000 no início da série para 356.000 no final, ou crescimento de 20,27%).

Os dados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2019 indicam que o setor privado com carteira assinada é o setor que mais emprega em Goiás, correspondendo a 34,3% do total, e com um aumento de 6 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Vale ressaltar que o comércio é o agrupamento de atividade mais representativa no estado (20,1%), indicando que grande parte dos empregos com carteira assinada está inserida neste setor. No entanto, muitos empregos formais estão na indústria, uma vez que houve um aumento de 18 mil pessoas em relação ao 2º trimestre de 2018 e é o terceiro setor que mais empregou. Em segundo lugar, a ocupação conta própria (25,4%) foi a que mais apresentou aumento de número de pessoas, passando de 812 mil pessoas no 2º trimestre de 2018 para 852 mil no mesmo trimestre de 2019. Este tipo de ocupação é muito importante em momentos de instabilidade econômica, uma vez que na falta de emprego formal os trabalhadores podem buscar neste, meios de sobrevivência. Isto é observado pela grande participação da informalidade, que totaliza 43,4% incluindo os ocupados sem carteira de trabalho assinada e os que trabalham por conta própria, o que equivale a um total de 1 milhão e 455 mil pessoas no estado de Goiás (IMB, 2019). O rendimento médio real do trabalho principal por grupamentos de atividades em Goiás. O grupamento de administração pública, educação e saúde é o que tem a maior remuneração (R\$ 3.109) e foi também o mais valorizado,



e-ISSN: 2594-679X

apresentando uma elevação de 5,57% comparando o 2º trimestre de 2019 com o mesmo trimestre de 2018. O segundo lugar dentre as maiores taxas de crescimento ocorreu com as intermediações financeiras, imobiliária e serviços às empresas com elevação de 5,48%, embora tenha apresentado o 4º maior rendimento médio em 2019. Em contrapartida, comércio foi o segmento que obteve a maior queda (7,8%), saltando de R\$ 1.923 no 2º trimestre de 2018 para R\$ 1.773 no 2º trimestre de 2019 (IMB, 2019).

Segundo a ABBT (2015) que em seu estudo avaliou dados da pesquisa PNAD Contínua no segundo trimestre de 2015, mais de dois terços (67,7%) da população ocupada trabalhava no setor terciário da economia, 14,2% na indústria em geral, 10,4% no setor primário e 7,7% no setor de construção. Entre 2012 e 2015, o setor terciário apresentou um aumento de quase 2,5 pontos percentuais de participação na força de trabalho ocupada, diante de uma redução de 1,4 ponto percentual no setor primário (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) e de 0,5 ponto percentual para os setores de construção e industrial. “As análises da PNAD contínua evidenciam que se mantém a tendência da expansão da participação no mercado de trabalho do setor terciário (serviços) em detrimento dos demais setores.

Considerando toda a população ocupada no setor de serviços (62,4 milhões de pessoas), a maior parcela (28,2%) trabalha no comércio e no setor de reparação de veículos. Em seguida, o maior contingente de trabalhadores está ocupado em atividades relacionadas aos serviços de interesse público (24,5%), seguidos daqueles que trabalham no setor de serviços profissionais de diversas naturezas (17,3%). Os serviços domésticos respondem por quase 10% de todos os trabalhadores ocupados no setor de serviços, enquanto as atividades relacionadas com alojamento e alimentação e aquelas referentes a armazenamento, transportes e correio apresentam participação muito próxima (6,9% do total de trabalhadores ocupados no setor de serviços).

Segundo Sales (2015) considerando dados da pesquisa Pnad Contínua, mais de 40% das empresas brasileiras desempenham atividades no setor de comércio, segundo o Cadastro Central de Empresas (Cempre) referente a 2013, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pelo quarto ano seguido, o segmento concentra a maior parte do pessoal ocupado assalariado, com 9,2 milhões de pessoas - ou 19,1%.

Apesar de empregar mais, o setor paga menos que outras atividades aos trabalhadores. De acordo com o IBGE, em salários e outras remunerações os empregados ganharam, na média mensal, R\$ 1.385,81 — foi a terceira pior média entre as 20 atividades pesquisadas e bem abaixo da média total, de R\$ 2.127,73.

Alojamento e alimentação são a pior média salarial entre todas as empresas, segundo o Cempre, com média de R\$ 1.054,05, seguido por atividades administrativas e serviços complementares (R\$ 1.286,56).

| Trimestre | Posição na ocupação x Brasil e Unidade da Federação | | | | | | | |
|-------------------|-----------------------------------------------------|------|------------|------|---------------|------|-------------------------------|------|
| | Empregado | | Empregador | | Conta própria | | Trabalhador familiar auxiliar | |
| | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT |
| 1º trimestre 2012 | 40,9 | 42 | 39,4 | 42,4 | 47,6 | 48,5 | 30 | 32,4 |
| 2º trimestre 2012 | 40,6 | 41,4 | 38,9 | 42,3 | 47,5 | 49,1 | 29,5 | 34,8 |
| 3º trimestre 2012 | 40,5 | 41 | 38,8 | 41,4 | 47 | 48,2 | 30,4 | 34,7 |
| 4º trimestre 2012 | 40,6 | 41,5 | 38,9 | 41 | 47,2 | 48,8 | 30 | 32,4 |
| 1º trimestre 2013 | 40,5 | 41,4 | 38,7 | 40,6 | 47,4 | 48,2 | 30,7 | 33,5 |
| 2º trimestre 2013 | 40,3 | 41,4 | 38,6 | 40,4 | 47,1 | 47,4 | 30 | 31,1 |
| 3º trimestre 2013 | 40,3 | 40,6 | 39 | 40,1 | 47,3 | 48,3 | 30,3 | 32,8 |
| 4º trimestre 2013 | 40,2 | 40,7 | 38,8 | 39,8 | 46,6 | 47,2 | 30,5 | 31,9 |
| 1º trimestre 2014 | 40,3 | 41,1 | 38,8 | 40 | 46,8 | 47,2 | 30,2 | 32,4 |
| 2º trimestre 2014 | 40,1 | 40,5 | 38,3 | 40,9 | 46,5 | 46,8 | 29,6 | 31,2 |
| 3º trimestre 2014 | 40 | 40,9 | 38,3 | 40,6 | 46,5 | 48,9 | 29,5 | 30,2 |
| 4º trimestre 2014 | 39,9 | 40,9 | 38,3 | 40,6 | 46,4 | 48,1 | 29,5 | 31,5 |
| 1º trimestre 2015 | 40 | 41,1 | 38 | 39,5 | 46,6 | 47,6 | 30 | 32,7 |
| 2º trimestre 2015 | 39,8 | 40,8 | 37,9 | 40,5 | 46,3 | 50,5 | 29,4 | 30,7 |
| 3º trimestre 2015 | 39,7 | 40,7 | 37,6 | 40,3 | 46,2 | 47,9 | 29,4 | 34,2 |
| 4º trimestre 2015 | 39,6 | 39,5 | 37,7 | 38,4 | 45,9 | 46,7 | 29,6 | 32,3 |
| 1º trimestre 2016 | 39,7 | 39,4 | 37,6 | 38,4 | 45,3 | 45,2 | 30,1 | 28,7 |
| 2º trimestre 2016 | 39,6 | 39,7 | 37,6 | 38,8 | 45,5 | 45,4 | 29,2 | 34,6 |
| 3º trimestre 2016 | 39,8 | 40 | 37,5 | 39,1 | 45,6 | 45,1 | 29,7 | 34,3 |
| 4º trimestre 2016 | 39,7 | 40,3 | 37,5 | 38,5 | 45,5 | 44,8 | 29,7 | 36,5 |
| 1º trimestre 2017 | 39,8 | 40,1 | 37,6 | 39,3 | 45,4 | 43,7 | 29,4 | 33,2 |
| 2º trimestre 2017 | 39,5 | 40 | 37,3 | 38 | 45,3 | 45,3 | 29,1 | 31,1 |
| 3º trimestre 2017 | 39,5 | 40,2 | 37,2 | 39,2 | 45,6 | 47,4 | 29 | 30,4 |
| 4º trimestre 2017 | 39,4 | 40,6 | 37,2 | 39,6 | 45,4 | 46 | 28,6 | 29,2 |
| 1º trimestre 2018 | 39,5 | 40,2 | 37,1 | 40,1 | 45,8 | 46,2 | 29,1 | 30,3 |
| 2º trimestre 2018 | 39,4 | 40,1 | 36,9 | 38,5 | 45,6 | 46,7 | 28,8 | 32,5 |
| 3º trimestre 2018 | 39,4 | 40,5 | 36,9 | 38,2 | 45,7 | 46,3 | 29,1 | 31,8 |

| | | | | | | | | |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 4º trimestre 2018 | 39,5 | 40,4 | 37 | 38 | 45,8 | 45,6 | 28,4 | 32,1 |
| 1º trimestre 2019 | 39,6 | 40,5 | 37 | 38,8 | 45,8 | 46,3 | 28,7 | 35,4 |
| 2º trimestre 2019 | 39,4 | 40 | 36,9 | 38,1 | 45,6 | 45,9 | 28,7 | 32,1 |
| 3º trimestre 2019 | 39,4 | 40,1 | 37 | 38,6 | 45,8 | 46,6 | 28,6 | 34,5 |
| 4º trimestre 2019 | 39,6 | 40,1 | 37,1 | 38,8 | 45,9 | 45 | 28,4 | 28,8 |

Tabela 4 - Média de horas habitualmente trabalhadas por semana e efetivamente trabalhadas na semana de referência, no trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por posição na ocupação.

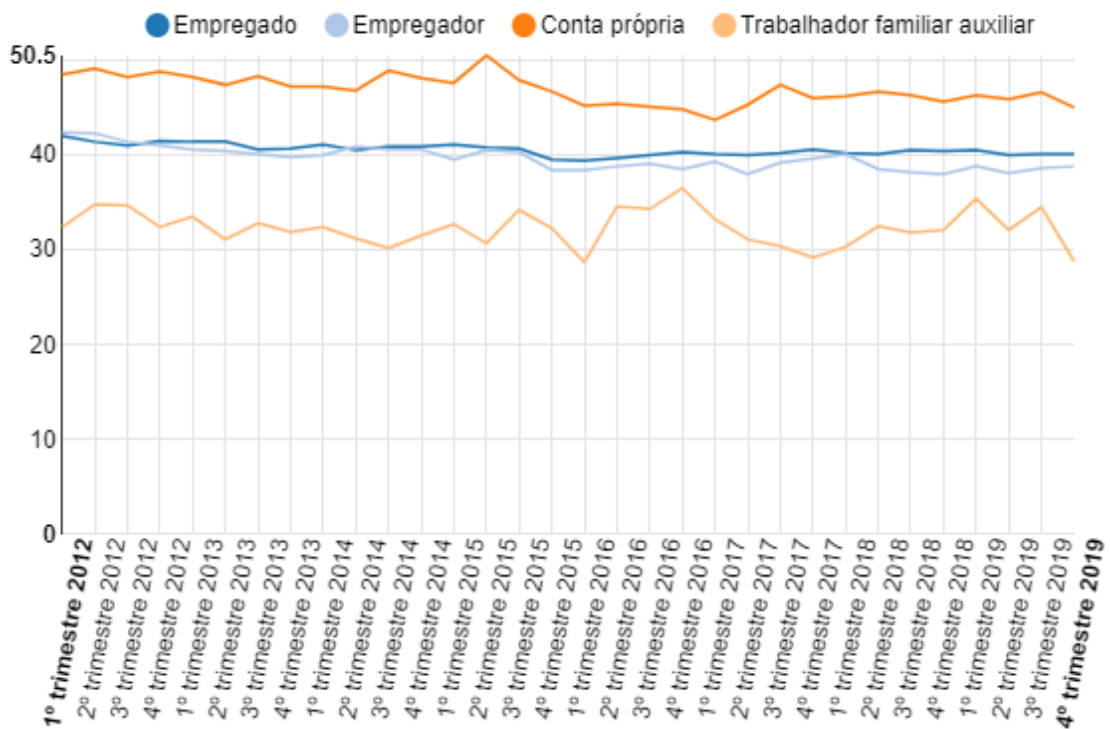


Figura 7. Média de horas habitualmente trabalhadas por semana e efetivamente trabalhadas na semana de referência, no trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por posição na ocupação Unidade da Federação. Mato Grosso.

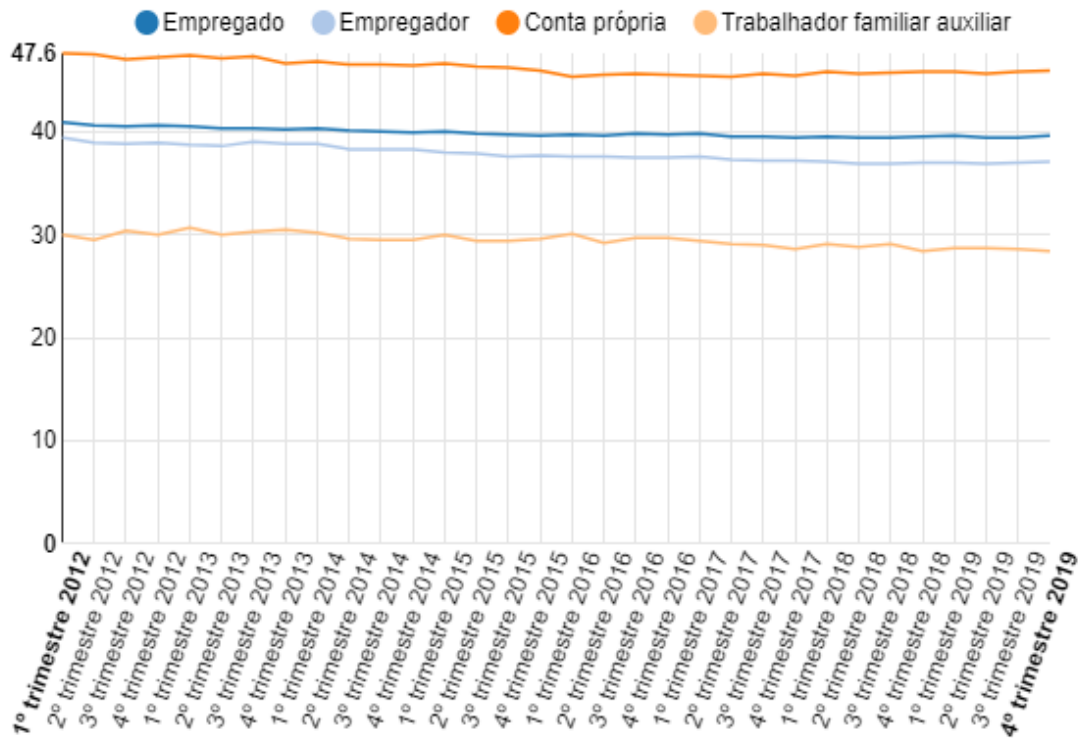


Figura 8. Média de horas habitualmente trabalhadas por semana e efetivamente trabalhadas na semana de referência, no trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por posição na ocupação Brasil

Como pode ser observado na tabela 4 e figuras 7 e 8 no Brasil e Mato Grosso na semana de referência e trabalho principal por posição na ocupação (Empregado, Empregador, Conta Própria e Trabalhador Família Auxiliar) mostra tanto no início como no final da série um maior número de horas trabalhadas em todas as variáveis investigadas no nível de Mato Grosso em relação ao Brasil. Observa-se também que o conta própria trabalha um número maior de horas, os valores de empregado e empregador são menores mas semelhantes entre si, e com menor número de horas temos o trabalhador familiar auxiliar. Para todos os itens investigados (Empregado, Empregador, Conta Própria e Trabalhador Familiar Auxiliar) observa-se diminuição do número de horas trabalhadas na semana de referência, no trabalho principal ao longo da série. As categorias do emprego no trabalho principal variaram da seguinte forma ao longo da série estudada:

Os valores observados para o Brasil foram: Empregado (40,9 e 39,6 no início e final da série, Empregador (39,4 e 37,1 no início e final da série), Conta Própria (47,6 e 45,9 no início e final da série) e Trabalhador Familiar Auxiliar (30/28,4 no início e final da série).



e-ISSN: 2594-679X

Os valores observados para o Mato Grosso foram: Empregado (42 e 40,1 no início e final da série, Empregador (42,4 e 38,8 no início e final da série), Conta Própria (48,5 e 45 no início e final da série) e Trabalhador Familiar Auxiliar (32,4/28,8 no início e final da série).

Como pode ser observado na tabela 5 e figuras 9 e 10 no Brasil e Mato Grosso e na semana de referência e trabalho principal por posição na ocupação (Empregado no setor privado com carteira assinada, empregado no setor privado sem carteira assinada, empregado no setor público, trabalhador doméstico com carteira assinada, trabalhador doméstico sem carteira assinada, Empregador e Conta Própria:

Para empregadores no nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (3803/5977, ou crescimento de 57,16%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal cai (6377/5566, ou diminuição de 12,71%). Sendo importante considerar grande variação ao longo da série a nível de Mato Grosso.

Para empregados da iniciativa privada com carteira assinada no nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (1368/2193, ou crescimento de 60,30%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (1230/2014, ou crescimento de 63,73%).

Para empregados da iniciativa privada sem carteira assinada no nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (970/1442, ou crescimento de 48,65%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (866/1560, ou crescimento de 80,1%).

Para trabalhador doméstico carteira assinada no nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (724/1267, ou crescimento de 75%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (687/1225, ou crescimento de 78,31%).

| Para trabalhador doméstico sem carteira assinada no nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (456/763, ou crescimento de 67,32%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (419/785, ou crescimento de 87,35%). rimestre | Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal x Brasil e Unidade da Federação | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|-----|-----------------------|-----|-----------|------|------------|------|---------------|------|
| | Empreg. no setor privado | | Empreg. no setor privado | | Trabalhador doméstico | | Trabalhador doméstico | | Empregado | | Empregador | | Conta própria | |
| | Com carteira assinada | Sem carteira assinada | com carteira assinada | Sem carteira assinada | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT |
| 1º trimestre 2012 | 1368 | 1230 | 866 | 970 | 724 | 687 | 456 | 419 | 2184 | 2250 | 3803 | 6377 | 1113 | 1271 |
| 2º trimestre 2012 | 1396 | 1275 | 852 | 996 | 759 | 675 | 451 | 435 | 2215 | 2298 | 3970 | 3575 | 1103 | 1337 |
| 3º trimestre 2012 | 1401 | 1278 | 860 | 958 | 762 | 718 | 456 | 479 | 2218 | 2214 | 4175 | 4563 | 1142 | 1352 |
| 4º trimestre | 1436 | 1339 | 849 | 1014 | 772 | 704 | 476 | 467 | 2281 | 2341 | 3900 | 4128 | 1186 | 1382 |



e-ISSN: 2594-679X

| | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|-----|-----|------|------|------|------|------|------|
| 2012 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1º trimestre 2013 | 1479 | 1388 | 891 | 1117 | 798 | 726 | 492 | 469 | 2385 | 2365 | 4196 | 4247 | 1227 | 1531 |
| 2º trimestre 2013 | 1512 | 1442 | 936 | 1092 | 825 | 800 | 505 | 505 | 2410 | 2429 | 4350 | 4416 | 1243 | 1394 |
| 3º trimestre 2013 | 1535 | 1437 | 958 | 1089 | 840 | 784 | 521 | 479 | 2420 | 2481 | 4517 | 4348 | 1285 | 1445 |
| 4º trimestre 2013 | 1566 | 1475 | 955 | 1060 | 859 | 782 | 539 | 556 | 2483 | 2473 | 4352 | 4821 | 1273 | 1511 |
| 1º trimestre 2014 | 1617 | 1458 | 981 | 1160 | 898 | 827 | 564 | 532 | 2585 | 2417 | 4476 | 4219 | 1363 | 1534 |
| 2º trimestre 2014 | 1652 | 1512 | 1014 | 1151 | 917 | 840 | 563 | 553 | 2627 | 2612 | 4503 | 4870 | 1346 | 1582 |
| 3º trimestre 2014 | 1678 | 1528 | 999 | 1129 | 929 | 857 | 580 | 528 | 2647 | 2647 | 4704 | 4434 | 1354 | 1664 |
| 4º trimestre 2014 | 1679 | 1534 | 1024 | 1283 | 936 | 844 | 594 | 531 | 2709 | 2801 | 4603 | 4306 | 1408 | 1608 |
| 1º trimestre 2015 | 1743 | 1602 | 1059 | 1222 | 976 | 892 | 612 | 546 | 2763 | 2567 | 4778 | 4878 | 1425 | 1627 |
| 2º trimestre 2015 | 1797 | 1603 | 1040 | 1259 | 1000 | 973 | 619 | 567 | 2812 | 2883 | 5009 | 5034 | 1441 | 1707 |
| 3º trimestre 2015 | 1803 | 1661 | 1094 | 1219 | 993 | 944 | 628 | 580 | 2860 | 2683 | 4986 | 4744 | 1407 | 1753 |
| 4º trimestre 2015 | 1817 | 1712 | 1135 | 1289 | 1006 | 1020 | 637 | 592 | 2967 | 2620 | 4770 | 4249 | 1458 | 1733 |
| 1º trimestre 2016 | 1909 | 1733 | 1109 | 1199 | 1069 | 1085 | 659 | 650 | 3061 | 2915 | 5041 | 4598 | 1511 | 1830 |
| 2º trimestre 2016 | 1889 | 1785 | 1199 | 1411 | 1092 | 1113 | 662 | 658 | 3138 | 2910 | 4937 | 5396 | 1504 | 1770 |
| 3º trimestre 2016 | 1940 | 1758 | 1208 | 1590 | 1093 | 1047 | 676 | 692 | 3160 | 2993 | 4938 | 4664 | 1506 | 1779 |
| 4º trimestre 2016 | 1964 | 1790 | 1171 | 1555 | 1112 | 1100 | 681 | 699 | 3249 | 2975 | 5168 | 4531 | 1508 | 1687 |
| 1º trimestre 2017 | 2004 | 1872 | 1223 | 1556 | 1150 | 1075 | 698 | 748 | 3345 | 3318 | 5156 | 5247 | 1552 | 1799 |
| 2º trimestre 2017 | 2017 | 1853 | 1205 | 1488 | 1171 | 1147 | 699 | 703 | 3292 | 3194 | 5019 | 4650 | 1539 | 1833 |
| 3º trimestre 2017 | 2037 | 1857 | 1233 | 1445 | 1168 | 1178 | 701 | 688 | 3273 | 3260 | 5170 | 5789 | 1540 | 1896 |
| 4º trimestre 2017 | 2084 | 1841 | 1181 | 1601 | 1199 | 1174 | 709 | 724 | 3335 | 3198 | 5190 | 4831 | 1569 | 1904 |
| 1º trimestre 2018 | 2076 | 1938 | 1234 | 1544 | 1239 | 1160 | 728 | 723 | 3485 | 3557 | 5348 | 5080 | 1596 | 2036 |
| 2º trimestre 2018 | 2101 | 1953 | 1316 | 1501 | 1212 | 1240 | 731 | 757 | 3477 | 3452 | 5322 | 4381 | 1612 | 1928 |



e-ISSN: 2594-679X

| | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|-----|-----|------|------|------|------|------|------|
| 3º trimestre 2018 | 2136 | 1960 | 1330 | 1552 | 1222 | 1203 | 724 | 743 | 3514 | 3463 | 5611 | 6274 | 1604 | 1882 |
| 4º trimestre 2018 | 2131 | 2021 | 1374 | 1438 | 1234 | 1272 | 739 | 790 | 3595 | 3617 | 5466 | 5229 | 1673 | 1953 |
| 1º trimestre 2019 | 2165 | 2038 | 1350 | 1547 | 1254 | 1264 | 767 | 769 | 3706 | 3745 | 5661 | 4508 | 1671 | 2035 |
| 2º trimestre 2019 | 2166 | 2011 | 1399 | 1568 | 1283 | 1284 | 748 | 769 | 3661 | 3662 | 5785 | 6049 | 1662 | 1920 |
| 3º trimestre 2019 | 2183 | 2018 | 1407 | 1645 | 1281 | 1226 | 748 | 806 | 3659 | 3501 | 5852 | 5197 | 1676 | 1936 |
| 4º trimestre 2019 | 2197 | 2014 | 1442 | 1560 | 1267 | 1225 | 763 | 785 | 3758 | 3698 | 5977 | 5566 | 1711 | 2001 |

Tabela 5 - Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal



Figura 9. Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. Mato Grosso.

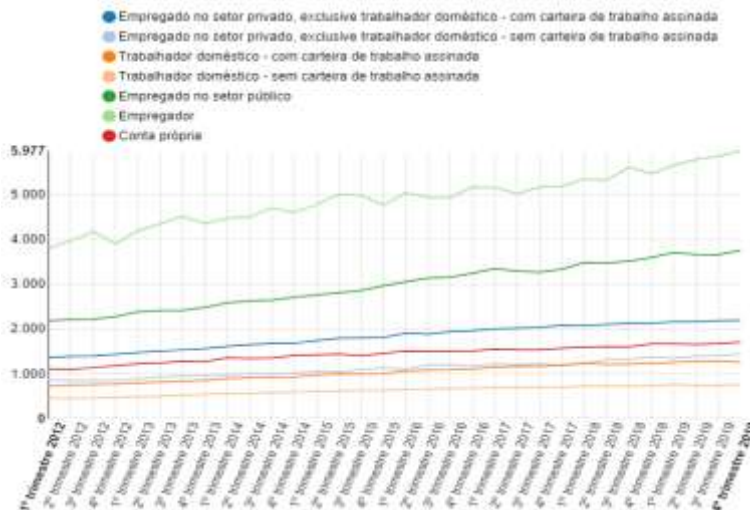


Figura 10. Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. Brasil

Para trabalhador do setor público a nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (2184/3758, ou crescimento de 72,06%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (2250/3698, ou crescimento de 64,35%).

Para conta própria o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (1113/1711, ou crescimento de 53,72%), já



e-ISSN: 2594-679X

para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (1271/2001, ou crescimento de 57,43%).

Em nível de Mato Grosso os maiores rendimentos habitualmente recebidos no mês de referência ocorrem respectivamente nas categorias: Empregador, Empregado do Setor Público e com valores muito próximos na sequência Empregados do Setor Privado com carteira assinada e Conta Própria.

Em nível de Brasil os maiores rendimentos habitualmente recebidos no mês de referência ocorrem respectivamente nas categorias: Empregador, Empregado do Setor Público e Empregado do setor Privado com carteira assinada.

Todas as categorias a nível de Brasil e Mato Grosso apresentaram incremento nos rendimentos habitualmente recebidos no mês de referência, exceção feita a Empregador a nível de Mato Grosso.

Os maiores incrementos percentuais de rendimentos habitualmente recebidos em nível de Mato Grosso ocorreram em: trabalhador doméstico sem carteira assinada (87,35%), empregados do setor privado sem carteira assinada (80,1%) e trabalhador doméstico com carteira assinada (78,31%).

Os maiores incrementos percentuais de rendimentos habitualmente recebidos em nível de Brasil ocorreram em: trabalhador doméstico com carteira assinada (75%), trabalhador doméstico sem carteira assinada (67,32%) e empregados do setor público (72,06%).

O rendimento médio real total do trabalho principal de Goiás no 2º trimestre de 2019 foi menor que o do Brasil, com valores respectivamente iguais a R\$ 2.062 e R\$ 2.214. Contudo, ainda manteve o 10º lugar entre as Unidades da Federação com maior rendimento médio.

A ocupação chamada de Empregado engloba trabalhadores empregados no setor privado com e sem carteira de trabalho assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, e neste tipo de emprego os trabalhadores recebem, em média, mais do que os que trabalham por conta própria. Comparando o rendimento médio do trabalho principal por posição na ocupação de empregador, empregado e conta própria entre Goiás e Brasil no 2º trimestre de



e-ISSN: 2594-679X

2019, nota-se que na atividade conta própria Goiás tem remuneração média maior que a nacional.

Comparando os segmentos autônomos, nota-se que em Goiás a disparidade nos rendimentos dos empregadores é muito grande se comparado com os profissionais de conta própria. Contudo, os empreendedores formalizados com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) têm seus rendimentos maiores do que quem não possui o registro indicando que a formalidade acaba sendo vantajosa para os empreendedores (IMB, 2019)

Considerando dados da PNAD Contínua do 4º trimestre de 2019 para o estado do Rio de Janeiro, a população ocupada era composta por 67,6% de empregados (Empregado no setor privado [46,8%], Trabalhador doméstico [7,0%] e Empregado no setor público [13,9]), 3,8% de empregadores, 28,3% de pessoas que trabalharam por conta própria e 0,3% de trabalhadores familiares auxiliares. A maior proporção dos empregados (Empregado no setor privado + Trabalhador doméstico + Empregado no setor público) estava ocupada no setor privado com 69,2%, 20,5% no setor público e os demais no serviço doméstico (10,3%) (Relatório anual do mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro, 2019)

No mesmo estudo observou-se que no 4º trimestre de 2019, 46,8% dos empregados no setor privado tinham carteira de trabalho assinada. Entre os trabalhadores domésticos, a pesquisa mostrou que 27,6% tinham carteira de trabalho assinada. Os militares e servidores estatutários correspondiam a 77,0% dos empregados do setor público no 4º trimestre de 2019. Tais dados demonstram que no caso de trabalhadores domésticos menos de 30% tem carteira de trabalho assinada. Consideram-se como informais, de acordo com o IBGE, os sem carteira assinada (setor privado e trabalhador domésticos), os sem CNPJ (Empregador e Por conta própria) e o trabalhador familiar auxiliar. O número de informais no estado do Rio de Janeiro foi de 2,91 milhões de pessoas no 4º trimestre de 2019, representando 38,1% das pessoas ocupadas e é a mais alta taxa de informalidade desde 2015. Desses 1,73 milhões era conta própria sem CNPJ (59,6%), 726 mil empregados no setor privado, exclusive trabalhador doméstico, sem carteira de trabalho assinada (24,9%); 386 mil trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (13,3%); 40 mil empregadores sem CNPJ (1,4%) e 25 mil trabalhadores familiares auxiliares (0,9%).

Segundo Pereira et al. (2018) fazendo uso de dados da PNAD contínua, apontam que existe uma predominância da informalidade no trabalho secundário, principalmente, sob a influência dos empregos informais no trabalho principal, o que é um grande problema a ser discutido especialmente no âmbito das leis que regem o mercado de trabalho. Além disso, foi possível observar que os empregos informais secundários surgem como alternativa para aqueles que já possuem elevados rendimentos no trabalho principal, como forma de aumentar suas receitas mensais sem contribuir com os impostos e taxas referentes aos empregos formais. Essa situação pode desencadear problemas no aspecto tanto da precarização das relações de trabalho como da arrecadação de tributos por parte do Estado.

A figura 11 abaixo tem com fonte o trabalho realizado pelo IBGE no ano de 2019 chamado uma análise das condições de vida da população brasileira e mostra a proporção de pessoas em ocupações informais segundo os grupos de atividades econômicas entre os anos de 2012 e 2018.

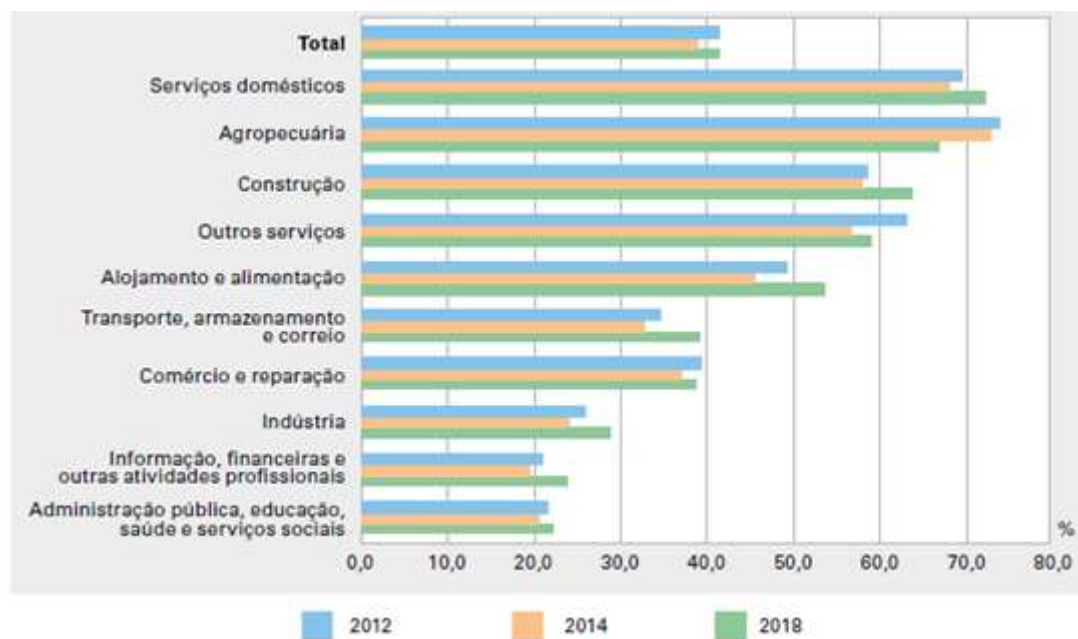


Figura 11 - proporção de pessoas em ocupações informais segundo os grupos de atividades econômicas entre os anos de 2012 e 2018.



e-ISSN: 2594-679X

| Trimestre | Posição na ocupação no trabalho principal x Brasil e Unidade da Federação | | | | | |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------|------|------------|-----|---------------|-----|
| | Empregado | | Empregador | | Conta própria | |
| | Brasil | MT | Brasil | MT | Brasil | MT |
| 1º trimestre 2012 | 82261 | 1331 | 12977 | 432 | 22432 | 418 |
| 2º trimestre 2012 | 85043 | 1414 | 13961 | 241 | 21927 | 416 |
| 3º trimestre 2012 | 86221 | 1387 | 14879 | 315 | 22589 | 449 |
| 4º trimestre 2012 | 87819 | 1443 | 14254 | 244 | 23963 | 490 |
| 1º trimestre 2013 | 89946 | 1480 | 15278 | 286 | 24641 | 552 |
| 2º trimestre 2013 | 93455 | 1576 | 16174 | 336 | 25303 | 495 |
| 3º trimestre 2013 | 95712 | 1601 | 16716 | 318 | 26270 | 517 |
| 4º trimestre 2013 | 97870 | 1613 | 16461 | 360 | 26458 | 544 |
| 1º trimestre 2014 | 101488 | 1617 | 16547 | 332 | 27817 | 558 |
| 2º trimestre 2014 | 104794 | 1698 | 16717 | 394 | 27761 | 585 |
| 3º trimestre 2014 | 105924 | 1734 | 17588 | 365 | 28476 | 606 |
| 4º trimestre 2014 | 107100 | 1759 | 18057 | 329 | 30039 | 601 |
| 1º trimestre 2015 | 108665 | 1738 | 19382 | 363 | 30446 | 618 |
| 2º trimestre 2015 | 111075 | 1778 | 19922 | 322 | 31204 | 649 |
| 3º trimestre 2015 | 111905 | 1734 | 20127 | 311 | 30811 | 663 |
| 4º trimestre 2015 | 113483 | 1739 | 18774 | 305 | 32909 | 716 |
| 1º trimestre 2016 | 114857 | 1795 | 18686 | 262 | 34655 | 735 |
| 2º trimestre 2016 | 116914 | 1903 | 18215 | 328 | 34305 | 724 |
| 3º trimestre 2016 | 118778 | 1921 | 20073 | 349 | 32747 | 677 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----------------------|--------|------|-------|-----|-------|-----|
| 4º trimestre 2016 | 120031 | 1970 | 21330 | 309 | 33209 | 649 |
| 1º trimestre 2017 | 120317 | 2009 | 21189 | 352 | 34147 | 680 |
| 2º trimestre 2017 | 121788 | 2032 | 20947 | 293 | 34476 | 719 |
| 3º trimestre 2017 | 123474 | 2110 | 21861 | 354 | 35144 | 774 |
| 4º trimestre 2017 | 125640 | 2136 | 22784 | 323 | 36256 | 778 |
| 1º trimestre 2018 | 125524 | 2194 | 23246 | 426 | 36502 | 796 |
| 2º trimestre 2018 | 128676 | 2207 | 23167 | 358 | 37059 | 791 |
| 3º trimestre 2018 | 131860 | 2314 | 24781 | 512 | 37571 | 788 |
| 4º trimestre 2018 | 133030 | 2306 | 24710 | 458 | 39772 | 863 |
| 1º trimestre 2019 | 133796 | 2362 | 25110 | 341 | 39680 | 907 |
| 2º trimestre 2019 | 136114 | 2364 | 25278 | 459 | 40127 | 897 |
| 3º trimestre 2019 | 137010 | 2410 | 25562 | 403 | 40949 | 846 |
| 4º trimestre 2019 | 140338 | 2413 | 26554 | 430 | 42028 | 885 |

Tabela 6 - Massa de rendimento nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por posição na ocupação no trabalho principal.

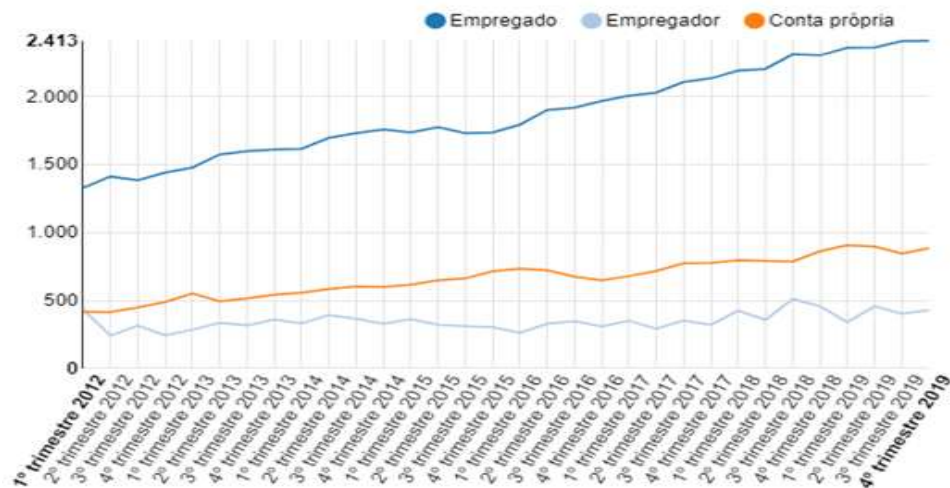


Figura 12 - Massa de rendimento nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por posição na ocupação no trabalho principal. Mato Grosso.

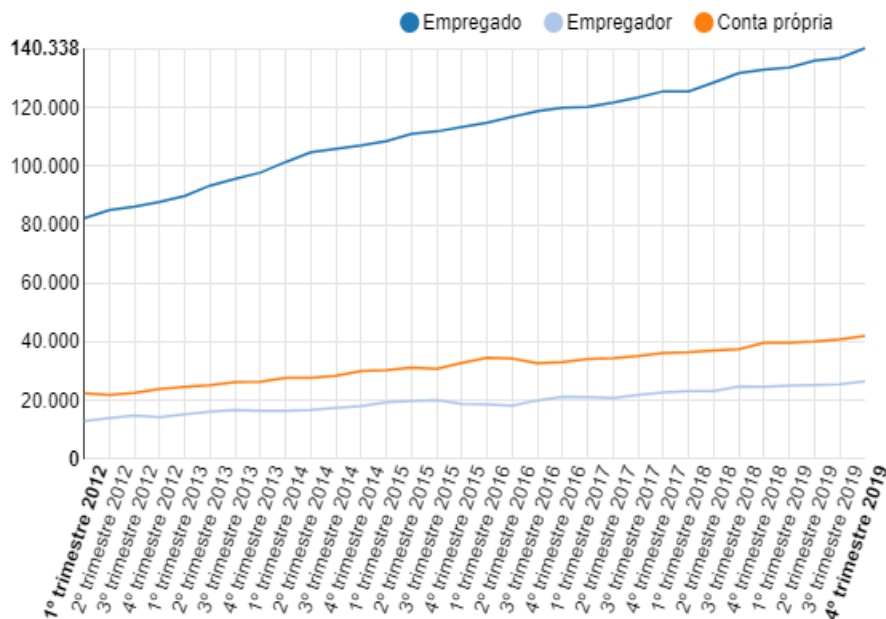


Figura 13 . Massa de rendimento nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por posição na ocupação no trabalho principal. Brasil

Como pode ser observado na tabela 7 e figuras 13 e 14 no Brasil e Mato Grosso e na semana de referência e trabalho principal por posição na ocupação (Empregado, Empregador e Conta Própria:



e-ISSN: 2594-679X

A massa de rendimentos do trabalho principal recebida habitualmente no mês, em reais (x 1000) tem os seguintes valores em nível de Brasil: Para a posição na ocupação Empregada (82.261/140.338, ou incremento de 70,6% do início ao final da série); para empregador (12.977/26.554, ou incremento de 104,6% do início ao final da série), para conta própria (22.432/42.028, ou incremento de 87,35% do início ao final da série).

A massa de rendimentos do trabalho principal recebida habitualmente no mês, em reais (x 1000) tem os seguintes valores em nível de Mato Grosso: Para a posição na ocupação Empregado (1331/2413, ou incremento de 81,29% do início ao final da série); para empregador (432/430, diminuição de 0,4% do início e final da série), para conta própria (418/885, ou incremento de 111,7% do início ao final da série).

A massa de rendimentos do trabalho principal recebida habitualmente no mês cresce em todas as posições e nos níveis de Brasil e Mato Grosso, exceção feita a empregador no nível de Mato Grosso.

Considerando o último trimestre da série temporal analisa em nível de Brasil: A posição Empregada responde por 67,17% da massa de rendimentos habitualmente recebida no mês de referência, empregador por 12,71% e conta própria por 20,12%.

Considerando o último trimestre da série temporal analisa em nível de Mato Grosso: A posição Empregado responde por 64,72% da massa de rendimentos habitualmente recebida no mês de referência, empregador por 11,53% e conta própria por 23,72%.

O módulo de rendimento de todas as fontes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE, mostrou que, em 2017, a massa de rendimento domiciliar *per capita* do país foi de 263,1 bilhões. Desse total, 43,3% ficou concentrada nos 10% da população brasileira com os maiores rendimentos, parcela superior à dos 80% com os menores rendimentos.

Deve ser ressaltado que o Nordeste é onde esses 10% concentram a maior massa de rendimentos, 45%: “em particular na Bahia, aonde essa concentração chega a 48,9%. No Sul a desigualdade é menor, 37,2%. Em Santa Catarina, por exemplo, os 10% de maiores rendimentos detêm 32,4% dessa massa”.

Em 2017, do total de 207,1 milhões de pessoas residentes no Brasil, 124,6 milhões (60,2%) possuíam algum tipo de rendimento, seja proveniente de trabalho (41,9%



e-ISSN: 2594-679X

das pessoas) ou de outras fontes (24,1% das pessoas), como aposentadoria, aluguel e programas de transferência de renda.

Mesmo com a retomada do crescimento econômico e o controle da inflação, após a recessão econômica sofrida pelo Brasil em 2014/2015, estes fatores não foram suficientes para a redução da desigualdade de renda no Ceará, como mostra os dados da pesquisa Pnad Contínua no estado do Ceará. Em parte, o aumento do Índice de Gini, a partir de 2015, se deve a perda de rendimento médio real dos trabalhadores com menor renda e, por outro lado, um aumento na parte superior da distribuição (dos que ganhavam mais). Ou seja, a crise no mercado de trabalho, afetou especialmente os trabalhadores cearenses com menor remuneração. Os dados mostram que os 40% com menores rendimentos do trabalho, foram os que mais perderam entre 2012 e 2018. A concentração de rendimento domiciliar per capita também mostra uma perda dos mais pobres. Elevando o Índice de Gini de 0,547 para 0,548 entre 2012 e 2018 e, exibindo um índice superior ao Nordeste e o Brasil no último ano analisado. Observou-se que este efeito foi provocado principalmente pela redução das rendas dos 10% mais pobres (-4,2%) e pelo aumento dos rendimentos dos indivíduos que detinham o 1% dos maiores rendimentos (23,8%). A concentração da massa de rendimentos mensais domiciliar per capita no Ceará é relativamente significativa, pois, somente a população com os maiores rendimentos detinham mais de 44% da massa. Enquanto que os 10% com menor rendimento possuíam apenas 0,8% da massa em 2018 (Boletim 212 do IPECE, 2019).

CONCLUSÃO

Para o Brasil o número de trabalhadores empregados, empregadores e conta próprias cresceram respectivamente (x 1000) : de 61.332 para 63.520 (Aumento de 3,56%); de 3413 para 4442 (Aumento de 30,14%) e de 20.494 para 24.557 (Aumento de 19,82%). Já o número de trabalhadores familiares auxiliares diminuiu de 2393 para 2033 (Queda de 17,%).

Para o estado de Mato Grosso o número de trabalhadores empregados, empregadores e conta próprias cresceram respectivamente (x 1000): de 1025 para 1.142 (Aumento de 11,4%); de 68 para 77 (Aumento de 13,2%) e de 330 para 442 (Aumento de



e-ISSN: 2594-679X

33,9%). Já o número de trabalhadores familiares auxiliares diminuiu de 37 para 31 (Queda de 19,35%).

No Brasil o maior incremento percentual ocorreu na posição empregadora (30,14%) e no Mato Grosso nos contra próprias (33,9%).

No Brasil o número de empregados com carteira assinada no setor privado, número de empregado sem carteira assinada no setor privado, número de trabalhadores domésticos com carteira assinada, número de trabalhadores domésticos sem carteira assinada e empregados no setor público variou respectivamente (x 1000):

De 33.393 para 33.668 (Aumento de 0,8%); De 10.942 para 11.885 (Aumento de 8,3%); De 1.938 para 1.770 (Diminuição de 9,4%); De 4.127 para 4.585 (Aumento de 11,1%) e de 10.941 para 11.641 (Aumento de 6,4%).

Para Mato Grosso variou respectivamente (x 1000): De 557 para 639 (Aumento de 14,72%); De 185 para 193 (Aumento de 4,3%) ; De 33 para 35 (Aumento de 6%); de 65 para 80 (Aumento de 23,1%) e de 185 para 195 (Aumento de 5,4%).

Destacam-se também os seguintes pontos: somente tivemos queda nos valores relacionados a Trabalho doméstico com carteira assinada a nível Brasil (Queda de 8,7%); O incremento ao longo da série de trabalhadores com carteira assinada no setor privado foi de 0,8% a nível de Brasil e de 14,7% a nível de Mato Grosso.

O maior incremento foi com trabalhadores domésticos sem carteira assinada a nível de Mato Grosso (23,1%).

No Brasil predominam os seguintes grupamentos de atividades (x 1000): Comércio (16.362/18.009 no início e no final da série); Administração Pública (14.050/16.529 no início e final da série) e Indústria Geral (12.840/12.166 no início e final da série).

No Mato Grosso predominam: Comércio (296/356 no início e final da série); Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (240/260 no início e final da série) e Administração Pública (233/254 no início e final da série).

Podemos destacar que o grupamento de atividades agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou significativa diminuição no número de pessoas ocupadas em nível de Brasil (10.239.000 no início da série e 8.333.000 no final , ou queda de 22,8%). Já em nível de Mato Grosso este grupamento de atividades em número de pessoas



e-ISSN: 2594-679X

ocupadas (240.000 no início para 260.000 no final da série, ou crescimento de 8,33%). Outro destaque é o crescimento do número de pessoas ocupadas no comércio em Mato Grosso (296.000 no início da série para 356.000 no final, ou crescimento de 20,27%).

Tanto no início como no final da série, observa-se um maior número de horas trabalhadas em todas as variáveis investigadas a nível de Mato Grosso em relação ao Brasil. Observa-se também que os conta próprias trabalham um número maior de horas, os valores de empregado e empregador são menores mas semelhantes entre si, e com menor número de horas temos o trabalhador familiar auxiliar. Para todos os itens investigados (Empregado, Empregador, Conta Própria e Trabalhador Familiar Auxiliar) observa-se diminuição do número de horas trabalhadas na semana de referência, no trabalho principal ao longo da série.

Os valores observados de horas trabalhadas para o Brasil foram: Empregado (40,9 e 39,6 no início e final da série, Empregador (39,4 e 37,1 no início e final da série), Conta Própria (47,6 e 45,9 no início e final da série) e Trabalhador Familiar Auxiliar (30/28,4 no início e final da série).

Os valores observados para o Mato Grosso foram: Empregado (42 e 40,1 no início e final da série, Empregador (42,4 e 38,8 no início e final da série), Conta Própria (48,5 e 45 no início e final da série) e Trabalhador Familiar Auxiliar (32,4/28,8 no início e final da série).

No nível de Mato Grosso os maiores rendimentos são observados para empregadores, e valores muito semelhantes para empregados e conta própria.

Em nível de Brasil os maiores rendimentos também são observados para empregadores, mas observam-se valores maiores para empregados em relação à conta própria.

Para empregados da iniciativa privada com carteira assinada no nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (1368/2193, ou crescimento de 60,30%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (1230/2014, ou crescimento de 63,73%).

Para empregados da iniciativa privada sem carteira assinada no nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (970/1442, ou crescimento de 48,65%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (866/1560, ou crescimento de 80,1%).



e-ISSN: 2594-679X

Para trabalhador doméstico com carteira assinada a nível de Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (724/1267, ou crescimento de 75%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (687/1225, ou crescimento de 78,31%).

Para trabalhador doméstico sem carteira assinada no nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (456/763, ou crescimento de 67,32%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (419/785, ou crescimento de 87,35%).

Para trabalhador do setor público a nível Brasil o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (2184/3758, ou crescimento de 72,06%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (2250/3698, ou crescimento de 64,35%).

Para conta própria o rendimento médio nominal mensal recebido no mês de referência cresce do início para o final da série (1113/1711, ou crescimento de 53,72%), já para o nível Mato Grosso o valor do rendimento médio mensal aumenta (1271/2001, ou crescimento de 57,43%).

A nível de Mato Grosso os maiores rendimentos habitualmente recebidos no mês de referência ocorrem respectivamente nas categorias: Empregador, Empregado do Setor Público e com valores muito próximos na sequência Empregados do Setor Privado com carteira assinada e Conta Própria.

A nível de Brasil os maiores rendimentos habitualmente recebidos no mês de referência ocorrem respectivamente nas categorias: Empregador, Empregado do Setor Público e Empregado do setor Privado com carteira assinada.

Todas as categorias a nível de Brasil e Mato Grosso apresentaram incremento nos rendimentos habitualmente recebidos no mês de referência, exceção feita a Empregador a nível de Mato Grosso.

Os maiores incrementos percentuais de rendimentos habitualmente recebidos a nível de Mato Grosso ocorreram em: trabalhador doméstico sem carteira assinada (87,35%), empregados do setor privado sem carteira assinada (80,1%) e trabalhador doméstico com carteira assinada (78,31%).



e-ISSN: 2594-679X

Os maiores incrementos percentuais de rendimentos habitualmente recebidos a nível de Brasil ocorreram em: trabalhador doméstico com carteira assinada (75%), trabalhador doméstico sem carteira assinada (67,32%) e empregados do setor público (72,06%).

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE BENEFÍCIOS DO TRABALHADOR. **Setor de serviços é o que mais emprega no Brasil.** Site: https://www.abbt.org.br/plutofiles/folder_of_rel_arquivo/vkixGDEcNMWaMd6QEqnjfpcDxJk65G2CMYCXfw1W/2017_08_25_08_48_30_5operfildaforcadetrabalho.pdf. Acesso em 23 de julho de 2020.

AZEVEDO, M.C.;TONELLI, M.J. **Os diferentes contratos de trabalho entre trabalhadores qualificados brasileiros.** RAM, REV. ADM. MACKENZIE, 15(3), Edição Especial, 191-220- SÃO PAULO, SP. MAIO-JUN. 2014

Enfoque Econômico. **Evolução da Desigualdade de rendimentos no Ceará entre 2012 e 2018.** IPECE. 2019.

AGÊNCIA GLOBO. **Emprego por conta própria bate recorde, aponta IBGE.** Site: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/10/emprego-por-conta-propria-bate-recorde-aponta-ibge.html>. 2019. Acesso em 23 de julho de 2020.

CLEMENTE, G.L. **IBGE aponta que 38,6 milhões de brasileiros trabalham na informalidade. Nível bate recorde.** Site: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/09/ibge-sem-carteira-assinada-informalidade/>.2019. Acesso em 23 de julho de 2020



e-ISSN: 2594-679X

FERNANDES, A; CARDIM, M.E. Quase 24 milhões de brasileiros trabalham de forma independente no país. Site:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/26/internas_economia_757515/quase-24-milhoes-de-brasileiros-trabalham-de-forma-independente-no-bra.shtml.

Acesso em 23 de julho de 2020

GORAYEB, D.S.;SARRIS, G.C.;FILETTI, J.P.;MELO, M.F.C. **Análise das ocupações e dos rendimentos das mulheres no Brasil no período de crise econômica – 2015-2019.**

Estudo no 1 – Setembro de 2019. Site:

<https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/analise-das-ocupacoes-e-dos-rendimentos-das-mulheres-no-brasil-no-periodo-de-crise-economica-2015-2019/>.

Acesso em 17/07/2020.

HYPÓLITO, E.B. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio. Principais Mudanças Conceituais Referentes ao Tema Trabalho.** Mercado de Trabalho, 43, 12p. 2010.

IBGE. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Dezembro de 2019. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019. Brasil.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).Rio de Janeiro.

IBGE. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Dezembro de 2019. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019. Mato Grosso.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).Rio de Janeiro.

IBGE. **Glossário da Pnad Contínua Mensal.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.



e-ISSN: 2594-679X

IBGE. **Nota técnica. Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, Pnad e Pnad Contínua.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2015.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego. Notas Metodológicas Volume 23.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas Metodológicas Volume 1.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Algumas características de força de trabalho por cor e raça. Volume 1.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2017.

IBGE. **Estudos e Pesquisas. Informação demográfica socioeconômica número 40. Síntese de Indicadores sociais. Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro 2019.

IMB. **Análises Conjunturais.** Ano XIII, Número 38, Agosto de 2019

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Análise do mercado de trabalho. Panorama geral sobre a situação de emprego e ocupação. relatório anual 2019.** Secretaria de trabalho e renda. Governo do estado do Rio de Janeiro. 2019. 45p.

MENEGIN, F.B.; BUGARIN, M.S. **A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos.** Econ.

Apl. vol.12 no.3 Ribeirão Preto July/Sept. 2008

PEREIRA, R.M.; GALVÃO, M.C.; MAXIR, H.S. **Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro.** Rev. bras. estud. popul. vol.35 no.3 São Paulo 2018 Epub 13-Ago-2018



e-ISSN: 2594-679X

PITOMBO LEITE, F. **Desigualdade e Conjuntura: Quatro Anos de Dados trimestrais da PNAD Contínua (2012- 2015)**. BRAZILIAN KEYNESIAN REVIEW, 2 (1), p.132-140, 1st Semester/2016.

SALES, R. **Maior parte dos trabalhadores está no comércio**. Revista Valor Econômica. Site: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2015/06/16/maior-parte-dos-trabalhadores-esta-no-comercio-aponta-ibge.ghtml>. 2015. Acesso em 23 de julho de 2020.